

REVISTA MILITAR

Administração — Largo da Anunciada, 9 — Lisboa

N.º 7

Julho de 1918

Ano LXX

Director, proprietario e editor — Empresa da *Revista Militar*
Composição e impressão na TIPOGRAFIA UNIVERSAL
pertencente a *Coelho da Cunha Brito & C.ª* — Rua do Diário de Notícias, 78 — Lisboa

A NOVA REPÚBLICA FINLANDESA

Seja qual for o *verdictum* que a posteridade há de lançar sobre as causas e as conseqüências da presente formidável contenda, não resta, ao que parece, dúvida alguma que dela se há de originar um novo modo de vêr quanto ao princípio das nacionalidades. Não é só nas declamações e programas tendenciosos e falazes dos dirigentes políticos que nós vemos êsse princípio surgir e avolumar-se constantemente. Factos concretos e insofismáveis a cada passo estão revelando êsse pendor inelutável da psicologia política das populações. O internacionalismo que tão fufdas raízes parecia ter criado ainda nas vespersas de 1914, revela-se afinal uma pura ficção, sem futuro, sem utilidade humana, e que na verdade só vivera e se afirmára até então porque disfarçava simplesmente a opinião unânime de todas as nações, tendendo apenas a fomentar o seu nacionalismo individual, por meio de um acordo de interesses, com os outros nacionalismos. Mas sempre que o interesse nacional se opunha ao do internacionalismo, é certo que foi aquele o que predominou e venceu em todos os casos.

Agora estamos assistindo ao desabar completo das ilusões internacionalistas. O que se vê bem claro é que o interesse individual de cada nação, de cada raça, domina, e dominará. Basta lançarmos os olhos para a situação irlandêsa: por mais que se queira disfarçar a sua gravidade, ela é de facto a mais retumbante prova de que não há hoje meio de opor um dique às aspirações nacionalistas. O *home rule* irlandês é já uma insofismável realidade e o próprio govêrno inglês só por meio de

evasivas e rodeios tem conseguido disfarçar a verdadeira autonomia que já exercem os *Sinn-fein*, a que as autoridades imperiais têm de se submeter tacitamente, pois que aliás lançariam o governo britânico, sobre todas as dificuldades tremendas que já o assoberbam, no pélago de uma guerra civil irlandêsa, que para ter exito, deveria renovar no século XX a campanha cruelmente implacável pela qual Cromwell conseguiu *pacificar* a formosa Erin, afogando-a num mar de sangue, convertendo-a num vasto cemitério, e deportando em massa os restos das suas populações vencidas e dizimadas pelo ferro.

A revolução russa veio igualmente despertar naquele vasto império moscovita, hoje esfacelado, as aspirações nacionalistas, com sacrifício e menosprezo do qual êsse colosso se tinha formado. Se a Austria era há muito apelidada a monarquia de muitas línguas diversas, a Russia era incontestavelmente o amalgame mais heterogeneo de populações, raças e crenças que havia em todo o globo.

Sem falar dos tártaros, dos mongóis, dos turcomenos e dos cossacos que se viam reunidos e dominados pela águia bicéfala de Ivan o Grande, até mesmo nas populações caucásicas e europeas as diferenças étnicas eram imensas, sendo por exemplo tipos absolutamente diferentes o chamado *pequeno-russo* ou ruteno (*malorossiskii*) e o poláco, ou o ribeirinho do Volga.

Sob a pressão da necessidade, e já obdecendo ao pendor nacionalista que, como acima dissémos, imediatamente veio caracterizando esta guerra, já o czar Nicolau proclamára a independência futura da Polónia, êsse malfadado país, essa nação mártir que tam caro tem pago as leviandades e inconseqüências que assinalaram a sua vida política autónoma de monarquia electiva. As regiões que na última partilha dêste reino, nos celebres e momentosos tratados de Viena em 1815, coubéram à Prussia e à Austria, se não têm gozado a independência e a liberdade que desejariam ter, não foram porém nunca verdadeiramente tiranizadas pelos seus dominadores. Não assim a Polónia russa, a porção mais vasta, — e em muito — do antigo reino.

É certo que Alexandre I começou por lhe attribuir uma relativa autonomia, como reino apenas ligado à Russia por ter o mesmo soberano. Mas a breve trecho, e talvez em grande parte por culpa dos próprios polácos, esta situação subverteu-se in-

teiramente, vieram as revoltas, veio a lendária *paz de Varsóvia*, e por último a Polónia russa, retalhada em províncias ou distritos, incorporados em outros absolutamente estranhos à sua raça, nem mesmo na parte principal pôde conservar o seu antigo nome, e passou a ter a designação oficial de *províncias do Vistula* sendo a língua poláca, e a religião católica, severa e ferozmente proibidas.

Felizmente que a dura realidade da guerra actual, pôde desde logo favorecer esta situação intolerável. Hoje, quer da parte da Rússia, dos seus antigos dominadores, quer da parte dos impérios centrais, a autonomia da Polónia como nação livre independente parece estar garantida, e decerto que na «paz geral» futura nenhum dos beligerantes, seja qual fôr a sua situação militar ou política, poderá já agora contrariar ou impedir êste facto assente, por muito que as promessas e declamações interesseiras do presente venham a ser sofismadas e desmentidas no ajuste final.

Ao lado da Polónia, e a seu exemplo, surgiu da velha Rússia, um outro estado independente, a isso justificado pelas peculiaridades étnicas da sua população: a república da Ucrânia. As províncias bálticas, Curlândia, Estónia, Livónia, nunca verdadeiramente integradas no império, mas disfrutando sempre o condão de serem berço de muitos dos seus príncipes e estadistas mais notáveis, também agora se desgregaram daquele derruido colosso; mas é evidente que as vicissitudes da guerra, e as contingências do futuro tratado de paz definitiva ainda poderão nestas regiões ocasionar remodelações consideráveis e fundamentais.

* * *

Mas outra província russa também já não poderá facilmente perder a sua almejada autonomia. É a Finlândia, agora constituída em república, outrora intitulada grã-ducado, e para a qual se repetiu, embora com menos violência, e menos desastres, a história da Polónia ¹.

Uma das personagens do nosso grande romancista Eça de Queiroz é o embaixador da Filândia (sic) em Lisboa. Se a diferença ortográfica neste nome não é já por si só o indício de ser tal país puramente fictício, bastaria a circunstância de ter ministro em Lisboa para assim o indicar, porquanto a verdadeira Finlândia nunca teve até hoje representação diplomática.

É essa região uma das mais interessantes e pitorescas da Europa. Constituída por um planalto de pouco mais de 100 metros de altitude média, coberto por inúmeros lagos, cujos níveis ficam entre 80 e 100 metros acima do mar, formando um verdadeiro labirinto que cobre 11 por cento da área total da região, ligados entre si por muitos e caudalosos rios, que facilitam enormemente o tráfego interno, e fornecem um imenso manancial de força motriz. A queda de água mais notável e mais celebrisada como ponto de excursão é a catarata de Ímatra.

Tem essa região um clima ameno relativamente, e humido, favorecendo uma rica extensão de culturas florestais, cuja área é por metade pertença do Estado. É habitada por umas 2.700.000 almas, principalmente da raça finlandesa, ou fénica, que ocupou o país pelos princípios do século VIII, desalojando para o norte os lapões seus vizinhos. Há também alguns russos e suecos.

O tipo da raça é robusto, de estatura pouco elevada, cabeça abaulada, e feições um tanto mongólicas (influência atávica que também se lhes manifesta no carácter), com olhos claros e cabelos corredios castanhos, ruivos, ou loiros.

São os finlandeses muito ciosos da sua individualidade étnica; cultivam com carinho a sua língua, derivada da grande família uralo-altaica, como o húngaro e o turco, e na qual o seu nome indígena é *Suomi*, sendo incontestável que de todas as tribus afins, elles são os de mais elevada cultura intelectual e literária. Basta sabermos que a percentagem dos seus analfabetos é apenas de 2 por cento da população total, o que só em poucos países succede. O estudo da língua e das antiguidades pátrias é energicamente proseguida nas escolas das diversas cidades, e nas sociedades scientificas, publicando-se numerosos trabalhos a êste respeito, que em escala tão considerável não tem paralelo em nenhum outro país, abrangendo com minucia o estudo da prehistória, das tradições e lendas, da linguística, etc.

São obras perfectas no seu género o livro, profusamente illustrado, escrito por vários autores nacionais: *A Finlândia no século XIX*, e o primoroso *Atlas de Finlândia*, publicado em 1899 pela Sociedade de Geografia de Helsingfors, que é extraordinariamente completo.

A instrução pública é verdadeiramente modelar, e absorve só por si 11 % das despesas orçamentais da província, sendo

a quarta parte destinada à instrução primária. Tem uma universidade nacional, fundada em 1640 na cidade de Abo, mas transferida para Helsingfors, em 1827, que é freqüentada por uns 2.000 estudantes, dos quais uns 300 do sexo feminino. Os liceus são em número de mais de 100, as escolas primárias perto de 1.000.

O corpo docente é recrutado em 4 escolas normais, e ha além disto um Instituto superior politécnico, duas escolas de agricultura, sete de navegação, duas florestais, e uma escola militar que habilita os quadros do exército finlandez.

* * *

Pelo que se vê, a população desta antiga província do império russo é excepcionalmente culta, e ilustrada, constituindo na Europa, e no mundo, uma colectividade de alta cotação moral e social. A sua história política não desmerece desta lisongeira apreciação.

As primeiras influências dominadoras tendendo a civilizar e evangelisar a região ainda sujeita a um regime puramente comunal e idolatra partiu dos reis da Suécia nos meados do século XII. Mais tarde as guerras continuas que se davam entre este reino e a nascente Rússia deram em resultado ficar a província finlandeza na posse dos Suécos até que a ambição conquistadora de Pedro o Grande passou a cobiçá-la e começou a absorvê-la no império novo, que êle ia criando e para governar o qual adoptára já o título romano de *Imperator*¹ com que sempre depois foram oficialmente designados os tsares.

Antes disso porém, Gustavo Vasa, rei da Suécia tinha elevado a província á categoria de grã-ducado, creando uma nobreza titular, e uma assemblea nacional, a *Dieta* finlandeza, formada por quatro ordens (ou *braços* como se dizia antigamente entre nós): a nobreza, o cléro, os burguezes e os camponeses.

As guerras napoleónicas tiveram também aqui a sua repercussão. Pelo tratado de 1809 entre Gustavo IV da Suécia e Alexandre I da Rússia, toda a Finlândia com as ilhas Aland foi cedida definitivamente à Russia, mas não como país conquistado.

¹ *Goçudar imperator* = Senhor imperador.

Graças à bravura e hombridade dos seus naturais, e também à sábia prudência do tsar, a nação ficou constituindo um grã-ducado quasi independente, sujeito apenas a ter por soberano o próprio imperador, conservando a sua constituição privativa e as suas *leis fundamentais* que a nação conseguiu manter intactas, contra reis e tsares durante mais de dois séculos. A Dieta continuou a funcionar, reconhecendo Alexandre I como grã-duque da Finlândia, o qual por sua parte se comprometeu a respeitar a constituição, as leis, as liberdades e a religião do país.

Por essa ocasião o imperador pronunciou na Dieta um discurso, em francês, (para demonstrar, segundo as praxes diplomáticas, que a tratava de igual para igual) em que por duas vezes designava a Finlândia como *nação*.

A organização política do grã-ducado era a de uma monarquia constitucional, não podendo o parlamento fazer leis nem anulá-las sem consentimento do soberano.

A autoridade deste era delegada num governador geral e o poder executivo pertencia a um senado de vinte membros formando dez o supremo tribunal e outros dez o ministério.

Sob a égide de um tão sensato sistema constitucional, política e administrativamente tranquilo e seguro, o povo finlandez pôde durante todo o século XIX gozar de mais absoluta prosperidade e dar largas à sua expansão intelectual, económica e social.

Ao contrário da Polónia, que tendo pela mesma época recebido uma organização análoga, em poucos anos se vira dilacerar pelas lutas intestinas, e pelas conseqüentes violências repressivas do império, (como acima dissémos), a Finlândia só cuidou do seu desenvolvimento, disfrutando sempre a sua quasi autonomia e as suas «*leis fundamentais*» que os sucessivos tsares lhe confirmáram sempre ao subirem ao trôno.

Assim, por morte de Alexandre I, coube a Nicolau I renovar em 1825 o reconhecimento pelo govêrno imperial das leis e constituição fundamentais da Finlândia. Alexandre II sucedendo a seu pai em 1855, não só manteve mas ainda am-

pliou esta adesão do império à quasi autonomia finlandeza. No seu reinado foi convocada novamente a Dieta, em 1863 na cidade de Helsingfors. Este imperador, de largas vistas liberais, que emancipou os servos da gleba em todo o império, e procurou dar novamente à Polónia um govêrno autónomo (o qual infelizmente, a breve trecho, novamente degenerou em uma revolução sangrenta), não podia deixar de ter pela população finlandeza a subida deferência e consideração que merecia tão ilustrado, morigerado e progressivo povo.

Foi pois esse período, para esta *nação*, como lhe chamou oficialmente Alexandre I, uma época de prosperidade crescente, e de rápido desenvolvimento. Infelizmente porém, as perturbações gravíssimas que assoberbaram os últimos anos do govêrno de Alexandre II, e por fim o seu assassinio pelos nihilistas em 1881 suscitaram no govêrno do seu sucessôr Alexandre III, uma forte tendência reaccionária, repressiva de todas as liberdades.

É certo que um dos primeiros actos officiais do novo imperador foi confirmar, mais uma vez a «constituição outorgada ao grã-ducado de Finlândia por sua magestade o imperador Alexandre Pavlovich de gloriosissima memória, e ampliada, com anuência das côrtes finlandezas pelo Nosso muito amado pai, o imperador Alexandre Nicolaievich de abençoada memória».

Mas as consequências da grave situação interna da Rússia, em breve fomentaram uma fortissima corrente de opinião official no sentido chamado *eslavófilo*, pretendendo amalgamar mais enérgicamente em um corpo homogéneo as diversas nacionalidades que compunham o império. Este movimento, cujo moto era «uma lei, uma egreja, uma lingua» não podia deixar de vêr com maus olhos o facto de se achar a Finlândia fóra da autocracia dos tsares, e da egreja ortodoxa.

Passou então este país a vêr-se envolvido numa luta de princípios politicos e religiosos, contra os govêrnos imperiais, a favor da sua constituição tantas vezes confirmada e reconhecida. Até então, o ambito das discussões e dos partidos politicos finlandezes restringia-se a uma rivalidade entre o partido suéco, e o partido nacionalista, que incontestavelmente levava de vencida o seu antagonista. Mas desde que *Svecoman* e *Fennoman* viram atacar as suas liberdades comuns, logo se uniram em sua defeza colectiva.

Foi quando subiu ao trôno o último tsar, Nicolau II, que o que o conflito assumiu proporções agudas. Por um manifesto datado de 15 de Fevereiro de 1899, o poder legislativo da Dieta finlandeza foi virtualmente abolido; a língua russa e as autoridades russas foram impostas à Finlândia, e como isso não pudesse realizar-se sem energica oposição, em Abril de 1903 foi nomeado um governador russo, com poderes ditatoriais.

Este governador que deixou na Filândia as mais tristes recordações, general Bobrikof, inundou o país de espiões e delatores, creou uma polícia russa paga pelo erário finlandez, suprimiu jornais, baniu, prendeu, fez buscas domiciliárias a êsmo, tiranisando a população por modo que ela até então nunca vira. A resposta foi uma pertinaz, mas ordeira resistência, uma série de lutas grandiosas e trágicas, em que os finlandezes esgotaram os recursos legais de reclamação, sob as formas mais serenas e mais nobres: supplicas, manifestações populares, requerimentos assinados por toda a população; até que se recorreu à violência e por fim em Novembro de 1905, a uma greve nacional. Todo o país, e todas as classes aderiram a ela, paralisando durante seis dias todos os serviços públicos e todo o comércio.

Foi então que o opressivo govêrno, já muito abalado pelos sucessos internos da Rússia e pelas derrotas japonesas, teve de capitular.

Um novo manifesto imperial, de 7 de Novembro de 1905, concedeu à Filândia a satisfação das suas reclamações, e restabeleceu a situação política tal qual era em 1899.

Este sério conflito constitucional, em que a Finlândia mais uma vez se mostrou uma nação modelar; ordeira, enérgica, sensata e liberal, produziu uma verdadeira revolução pacífica. A Dieta foi convocado numa sessão extraordinária e passou a remodelar completamente a máquina governativa. Votou a liberdade absoluta de imprensa, de associação, de reunião e de palavra.

Estabeleceu o sufrágio universal, sendo também as mulheres eleitoras e elegíveis, aboliu a divisão antiga em quatro estados ou braços, e substituiu-a por uma câmara única de 200 membros, eleitos proporcionalmente à população pelo sistema de Hondt, o que era fácil num país que, como vimos, tem apenas 2 % de analfabetos.

Um ministro secretário de Estado e o senado de vinte membros constituíam o poder executivo, responsável para com a Dieta, e para com o imperador grã-duque.

As eleições feitas em Abril de 1907 concederam a importante representação de 40 % aos socialistas até então apagados como partido político, e deram pela primeira vez mandato em qualquer parlamento, a mulheres, de que houve vinte eleitas.

Não pararam contudo aqui as vicissitudes e lutas que teve de sofrer esta tão exemplar nação. Novamente em 1908 e 1910 se deram atritos com o governo imperial, que diligenciava restringir os poderes da Dieta, a chamar a si a resolução suprema de todos os assuntos finlandezes.

A criação da Duma imperial, inspirada e imposta por uma irresistível corrente liberal no antigo império autocrático, não correspondeu, quanto à Finlândia, aos ideais que a tinham feito surgir. Em vez de respeitar, como seria natural e lógico, naquele país os princípios da representação nacional, a Duma instigada pelos estadistas russos, abriu logo conflitos com a Dieta, querendo obrigar esta a se curvar servilmente perante os representantes do império.

Recomeçaram as perseguições e as violências. O presidente da Dieta foi deportado para a Sibéria, bem como os magistrados finlandeses que recusaram sancionar ou executar as ordens anti-constitucionais do governo do tsar. Isto durou até rebentar a guerra, e então, mais uma vez a Finlândia mostrou o seu alto senso político e cívico, enfileirando sem relutância na defesa dos interesses gerais, ao lado do governo russo, tão seu inimigo.

Minado pelas vicissitudes da guerra, pela corrupção inveterada dos costumes administrativos, esse colosso cedeu e desfez-se no dia em que a pretexto da dissolução da Duma, o revolução surgiu e triunfou. Perante o novo estado de coisas a Dieta finlandesa onde agora a maioria eleita em 1916 era socialista, imediatamente votou uma lei restabelecendo na sua plenitude a independência constitucional do país, mas deixando ainda ao governo russo a gestão dos negócios militares e diplomáticos. O governo provisório, porém, continuando a política opressiva e injusta de Nicolau II, regeitou estas normas, e mandou dissolver a Dieta, pela força, apoiada por cossacos e metralhadoras automoveis. Suprema incoerência e revoltante

injustiça da parte de um govêrno que se dizia liberal e sómente fundado na vontade do povo!

Não logrou porém vingar desta feita tal regime de prepotência. Meses depois, já o govêrno provisório de Kerenski tinha de aprovar os projectos de lei votados pela Dieta, reconhecendo a República finlandesa, independente, salvo no que respeitasse aos negócios da guerra e diplomáticos, que ficariam comuns com os da Russia.

Pareceria ter findado em bem, aquele longo conflito, no qual a Finlândia tão brilhante papel tivera sempre. Mas os acontecimentos precipitaram-se com vertiginosa e imprevisita velocidade. Veiu a revolução maximalista de Lenine e Trotski, e foi derrubado Kerenski.

Então a Dieta tomou uma decisão radical: Por 102 votos contra 88 votou a declaração de independência absoluta da república, passando esta a ser governada por um directorio de três membros, cujo presidente era o antigo presidente da Dieta que fôra deportado em 1910, e amnistiado em 1916 pelo govêrno provisório russo.

Só restava, — o que era trabalhoso nestes tempos revoltos — obter o reconhecimento do novo Estado pela Russia e pelas potências estrangeiras. Com a Russia houve a lutar com uma acentuada má vontade dos maximalistas, sempre incoerentes com os princípios que proclamavam; mas afinal o comité central dos *soviets* teve de transigir e reconheceu a independência absoluta da Finlândia.

Das potências estrangeiras foi a França a primeira que rendeu ao admiravel povo finlandês, êsse tam merecido preito, em janeiro de 1918. A Suécia e a Dinamarca não demoraram também o seu reconhecimento. A Alemanha tardou mais, porque antes de tratar da paz com a Russia não lhe convinha reconhecer como neutro o Estado finlandês, pois isso lhe dificultaria as operações militares que porventura tivesse de prosseguir no Báltico. Mais tarde porém não só a reconheceu como lhe prestou auxílio para repelir os ataques das guardas vermelhas pretendendo desfazer o acordo celebrado com os *soviets*.

*

* *

Não é fácil desde já profétizar o que será do novo Estado ao firmar-se a paz geral. Mas o que parece certo, como dizíamos ao começar, é que êle já não poderá deixar de permanecer com inteira autonomia — salvo quaisquer alianças ou convênios diplomáticos — afirmando bem alto o direito, que pela sua ilustração e pela sua persistencia adquiriu, de guardar integralmente as suas leis fundamentais, tam sensatas, tam progressivas e tam fecundas.

Tem-se também debatido já, nos países aliados, qual poderá ser a influênca futura internacional dêste novo Estado, e se êle não constituirá um perigo indo gravitar na órbita dos impérios centrais. Tal não parece. As tendências todas dêsse país aproximam-no muito mais das potencias escandinavas, e não é crível que venha a enfeudar-se à Alemanha. Pelo contrário a sua existência como potencia ribeirinha do Báltico deverá ser benéfica para manter a neutralidade dêste mar, e evitar que êle venha a ser um dominio germânico.

A vizinhança da sua fronteira oriental ao traçado do novo caminho de ferro estratégico do porto de Kola (único do oceano Ártico que não gela no inverno) também representa um factor privilegiado, que pode ser de alta importância no equilibrio russo, e que decerto não poderá ficar melhor entregue do que a êsse país, cioso da sua independencia, e no qual pode depositar-se toda a confiança para a sábia e racional administração do seu patrimonio territorial, como tem provado sempre.

Pelo menos é decerto nesse sentido que as potências aliadas hão de pugnar no tratado definitivo de paz, não só porque é êsse o seu interesse manifesto, mas também em homenagem ao princípio nacionalista que tem servido de lema a todas as afirmações da Entente, e que evidentemente se deverá respeitar no ajuste de contas final. O contrário é inadmissivel, e seria uma subversão completa de tudo quanto a guerra tem ensinado à humanidade a troco de tão duros e inoportaveis sacrificios de valores e riquezas, e de vidas, mais preciosas mil vezes.

FREDERICO OOM
Coronel de Engenharia

Termos da rendição Alemã no Sudoeste Africano em 1915

Declarada a guerra pela Inglaterra à Alemanha em 4 de Agosto de 1914, três dias depois o Governo Imperial Britânico convidava o Governo da União Sul Africana a tomar parte na campanha com o objectivo de se apossar dos portos de Swakopmund e Luderitz no Sudoeste Africano e das estações de telegrafia sem fios neles existentes ou no interior da Colónia Alemã.

O Governo da União do qual era primeiro ministro o General Botha concordou em partilhar da campanha nos termos do convite, e em 10 de Setembro de 1914, o Parlamento da União por uma maioria de 91 votos contra 12 confirmava a acção do Governo.

Entretanto os Alemães já preparados tomavam a iniciativa das operações, invadindo a província do Cabo da Boa Esperança e ocupando alguns postos da fronteira em Setembro, enquanto pelo Norte faziam incursões na Colónia Portuguesa de Angola.

Data de 1884 a anexação à Alemanha do território no Sudoeste Africano, constituído a sua primeira colónia, que teve a origem na iniciativa de um comerciante de Bremen, cujo nome Luderitz substituiu a denominação de Angra Pequena, que os navegadores portugueses no século xv tinham dado ao porto no Sul da Colónia.

A Colónia Alemã apesar de ter uma superfície maior do que a Alemanha e ter um desenvolvimento de costa com 930 milhas, tinha uma diminuta população indígena avaliada em 150.000 pretos dispersos por um terreno arenoso, sem água e pobre até à descoberta das minas de diamantes em 1907. A população europeia compreendia, quando foi declarada a guerra, uma tota-

lidade de 15.000 almas; sendo 2.250 tropas, 800 homens de policia e 4.300 mulheres.

Na história militar da antiga colônia denominada oficialmente, «Protetorado da Africa Ocidental Alemã» avultava pela sua importância a campanha dos Herreros, que durou três anos 1904-6 mobilizando cêrca de 20.000 soldados alemães contra uma população de 50.000 indigenas.

Na geografia militar salientava-se de uma maneira desproporcional para a riqueza da colônia, um enorme desenvolvimento de vias ferreas, ligando os núcleos de colonização das minas de diamantes ao Sul, com os das minas de cobre ao Norte e com os portos do litoral; rêde de transportes que abertamente se afirmava ter intuits estratégicos, e com efeito definiram o esqueleto das operações, tendo ficado como referência assinalado um ponto dessa rêde, no local da rendição dos Alemães. Ainda pela importância militar deve ser citada a estação de telegrafia sem fios de Windhuk, que era a maior existente em Africa e comunicava directamente com a Alemanha, dispondo de mastros de aço com 120 metros de altura e tendo custado 250.000 libras.

Na União Sul Africana a preparação das forças para iniciar a campanha teve a vencer grandes dificuldades. Os Alemães tinham cuidadosamente preparada a revolta dos Boers descontentes, na qual entrava o próprio General Beyers, comandante em chefe das forças da União, sendo essa revolta a maior contrariedade que teve o Govêrno da União, cuja situação militar não era favoravel, porquanto, o material de guerra era muito deficiente e consistia em fatigados restos, que tinham ficado da campanha Anglo-Boer em 1900-2, e a organização militar da União acabava de ser promulgada e estava sendo laboriosamente posta em execução formando um sistema de milicias adaptado às tradições da antiga Colônia do Natal e dos Boers.

Dominada pelo Govêrno da União a insurreição parcial dos Boers, as operações contra a Colônia Alemã tomaram maior intensidade. Os ataques principais foram dirigidos pelo Sul da Colônia Alemã e por desembarques nos portos de Angra Pequena (Luderitz) e Swakopmund.

Em Angra Pequena desembarcou em 18 de setembro de 1914 uma coluna de 2.000 homens, dispondo de 4.000 solípedes e dum navio cisterna com 3.400 toneladas de agua traspor-

tadas do Cabo da Boa Esperança. Estes dois últimos detalhes citados provando as grandes dificuldades da campanha relativamente a transportes e falta de água, provam também a grandeza dos recursos facultados ao comando das forças da União.

Desembarcando em Swakopmund com o último troço das forças em 11 de fevereiro de 1915, o general Botha, primeiro ministro, assumiu o comando em chefe de 27.500 Ingleses e 22.500 Boers, que rapidamente dominaram os 5.300 Alemães mobilizados para a defesa da Colónia, não tendo sido utilizadas nesta campanha forças indígenas.

As operações desenvolveram-se ao longo do traçado das linhas ferreas, que os Alemães iam destruindo na sua retirada, tendo duma vez levantado onze mil *rails*, sendo perseguidos pelas forças da União que faziam longas marchas e para se reabastecerem reconstruíam as vias ferreas não tendo as perdas das forças da União atingido mil homens, devido em parte este pequeno número, ao clima ser toleravel, com grandes diferenças de temperatura, mas sêco.

Como episódio característico da conduta desta campanha deve citar-se a ocupação da capital Windhuk em 13 de maio de 1915 pelo General Botha, o qual sendo informado de que a cidade, cuja população era avaliada, contando os refugiados, em 3.000 Alemães, e 10.000 indígenas, se encontrava desguarnecida de tropas, decidiu marchar directamente com parte do seu estado maior e uma pequena escolta em motocicletes com metralhadoras, sôbre Windhuk, cobrindo as 120 milhas que o separavam da capital, em dois dias por uma estrada desconhecida e sujeita a um golpe de mão dos Alemães, porquanto para a ocupação da cidade sómente se poudo fazer convergir uma guarda avançada formada por uma bateria e tropas montadas, desprovidas de trens. Das dificuldades desta audaciosa marcha, cujo sucesso justifica o risco, pode fazer-se uma ideia pelas descrições que referem¹ ter o próprio General e o seu estado maior freqüentes vezes ajudado a desenterrar os automoveis das estradas arenosas.

Ao efeito moral da surpresa causada pela energia e recursos esmagadores das forças da União se atribui o rápido desâ-

¹ How Botha and Smuts conquered German Southwest. 1916. Londres.

nimo dos Alemães, que ainda tinham boas tropas bem abastecidas, mas no dia seguinte à occupação de Windhuk, o Governador da Colónia Alemã e o Comandante das tropas alemãs solicitavam uma conversação com o Comandante em chefe das forças britannicas. Os acontecimentos precipitavam-se com uma certa confusão, que avolumava o successo das forças britannicas e desorientava a defesa, em consequência dos largos movimentos envolventes a que as colunas britannicas procediam animadas, apesar de tropas improvisadas, por um elevado espirito desportivo, que não olhava a perigos; e assim, logo que falhou a conferência realisada durante um armistício de 48 horas, por os Alemães pretenderem conservar uma zona ao Norte da sua Colónia, até que ao ser concluída a paz na Europa fosse decidido o futuro do território, três colunas britannicas foram lançadas na perseguição e com effeito, a rapidez dos movimentos das colunas britannicas tornou improfiqua a resistência das forças alemãs, que em breve encetavam em 6 de julho as negociações definitivas para a sua rendição nas seguintes condições:

Termos da rendição Alemã ao General comandante das forças da União Sul Africana, de acôrdo com o Govêrno da União Sul Africana, aceite pelo Governador Imperial do Protetorado da Africa Ocidental Alemã e pelo Comandante das forças militares do Protetorado.

§ 1.º—As forças militares do Protetorado da Africa Ocidental Alemã, em armas à disposição do comandante das forças do Protetorado, consideram-se por este meio rendidas ao General Right Honourable Louis Botha comandante em chefe das forças em campanha da União Sul Aricana.

O brigadeiro General H. T. Lukin, representando o General Botha, será o official encarregado de detalhar as condições da rendição e dar-lhes a devida execução;

§ 2.º—As forças militares do Protetorado rendidas nos termos do paragrafo primeiro devem no caso de serem officiais conservar as suas armas, podendo dar a sua palavra como garantia para serem autorisados a viver em qualquer lugar que individualmente escolham. Se por qualquer rasão o Govêrno da União Sul Africana não puder satisfazer o desejo de qualquer official com respeito à sua escolha de residencia, o official interessado deverá escolher outro lugar onde não exista dificuldade;

§ 3.º—Com respeito aos militares doutras graduações das tropas activas do Protetorado, deverão ser internados sob uma guarda própria em qualquer lugar, que o Govêrno da União decida, devendo ser consentido a cada graduado e soldado conservar a sua espingarda, mas sem munições. Será autori-

sado que um official seja internado com os graduados e soldados de artilharia, um com as restantes tropas do activo e outro com os graduados e soldados da policia ;

§ 4.º—Todos os Reservistas, Landwehr e Landsturm, de todas as graduações das forças do Protetorado que actualmente continuam em armas deverão, com a excepção indicada no parágrafo sexto, entregar as suas armas sob rendição e depois de assinarem o texto de compromisso anexo serão autorisados a retirar para as suas casas e a reassumir as suas occupações civis ;

§ 5.º—Todos os Reservistas, Landwehr e Landsturm de todas as graduações, que estão actualmente detidos pelo Govêrno da União como prisioneiros de guerra, sob a assinatura do texto de compromisso, acima mencionado, serão autorisados a reassumir as suas occupações civis no Protetorado ;

§ 6.º—Os officiaes da Reserva, Landwehr e Landsturm das forças do Protetorado, que se rendam nos termos do parágrafo primeiro, serão autorisados a conservar as suas armas, contanto que assinem o compromisso mencionado no parágrafo quarto ;

§ 7.º—Todos os officiaes das forças do Protetorado que assinarem o texto de compromisso serão autorisados a conservar os cavalos que lhe estejam nominalmente concedidos pelas suas leis militares ;

§ 8.º—A policia do Protetorado será tratada como as tropas activas. Os membros da policia, que estejam em serviço em estações distantes, devem continuar nos seus postos até serem substituidos por tropas da União, de maneira que as vidas e propriedades dos não combatentes possam ser protegidas ;

§ 9.º—Os funcionários civis empregados do Govêrno Imperial Alemão, ou do Govêrno do Protetorado, serão autorisados a continuarem em suas casas, contanto que assinem o compromisso mencionado no parágrafo quarto. Nada porém nesta rendição será considerado como dando direito a qualquer funcionário continuar a exercer as funções da nomeação que occupa, no serviço dos Govêrnos acima mencionados ou a reclamar do Govêrno da União os direitos da nomeação ;

§ 10.º—Com a excepção das armas conservadas pelos officiaes das forças do Protetorado e pelos outros militares do serviço activo, conforme os parágrafos segundo e terceiro, todo o material de guerra, incluindo todas as peças de campanha e montanha, armas portateis e toda a propriedade do Govêrno do Protetorado será colocada à disposição do Govêrno da União ;

§ 11.º—S. Ex.^a o Governador Imperial nomeará um funcionário civil do serviço do Protetorado, que deverá entregar e guardar cópia, das relações de toda a propriedade das repartições civis do Govêrno, incluindo as relações que serão entregues ao Govêrno da União, nos termos do parágrafo décimo, e o Comandante das forças militares do Protetorado nomeará um official, que deverá entregar, e guardar cópias das relações de toda a propriedade das repartições militares do Govêrno do Protetorado.

Assinado no Kilómetro 500 na linha do caminho de ferro entre Otavi e Khorab, no dia 9 de Julho de 1915.

LOUIS BOTHA, *General comandante em chefe das Forças da União em campanha.*

SEITZ, *Governador Imperial da Africa Ocidental Alemã.*

FRANKE, *Tenente coronel, comandante das Forças do Protetorado da Africa Ocidental Alemã.*

Texto de compromisso :

Eu, abaixo assinado, pelo presente, garanto pela minha honra não reentrar em hostilidades na presente guerra entre a Grã-Bretanha e a Alemanha.

Um documento desta natureza tem grande importância, porque joga com toda a política da Africa do Sul, onde está cada vez mais sendo incluída na sua esfera de acção a nossa prospera Província de Moçambique.

Tem ainda mais de curioso este documento, cuja data de 1915 o torna já esquecido, que a sua influência se conserva ainda latente, sendo provavel manifestar maior importância quando fôr concluída a paz.

É difficil sintetisar a orientação política da União Sul Africana, onde as quatro províncias componentes tem diferentes aspirações, em consequência da influência inglesa preponderar no Natal e a influência boer no Orange, enquanto no Cabo e no Transval estas influências se equilibram, sem se conciliarem. E caso se mantenha a incorporação da Colónia Alemã na União Sul Africana, novo factor haverá ainda a considerar neste conjunto de raças diferentes, servindo na frase do "Natal Advertiser," de 25-5-1917, de contrapeso à influência inglesa, com agrado da orientação boer.

Os factos já decorridos indicam quanto será interessante a conclusão da guerra actual na Africa do Sul, onde apesar de ser complexo o problema das raças, a difficil política conciliadora tem sido dirigida com exito relativo por grandes personalidades como Lord Milner, o General Botha e o General Smuts.

Os termos desta rendição constituem um vasto tema para meditação, não só por rematarem uma campanha brilhante, que se refletiu em Angola, como ainda pela tolerancia para com os prisioneiros alemães na absorção da Colónia Alemã e também pela influência que esta rendição exerceu na campanha da Africa Oriental Alemã, limitrofe de Moçambique, que as forças da União foram depois iniciar sob o comando do General Smuts ministro de defesa da União Sul Africana.

E. A. MARTINS

Ten. cor.

1918

Administração Colonial

A Capitania-mor dos Ganguelas e Ambuelas

O estudo em que se baseia este trabalho teve por campo de acção a Capitania-Mór dos Ganguelas e Ambuelas, no então distrito de Benguela, provincia de Angola. A superficie desta capitania deve regular por 90.000 quilometros quadrados, numeros redondos, e a sua população indigena deve exceder 250 mil almas, com 30.000 a 35.000 fogos.

Nem todos conhecem o que actualmente se designa por **Capitania mor**. E' o tipo organico que se applica aos territorios de occupação recente, de população menos docil ou pouco afeita ao dominio; distingue-se principalmente da **Circunscrição Civil** pelo facto do chefe reunir as attribuições administrativas e as attribuições militares e nela existir um regimen policial mais predominante. Não ha comissão administrativa, porque não ha receita propria. As delegações da capitania-mor são os comandos militares, que aliás tambem existem nas circunscrições civis.

Vê-se por esta exposição, apesar de sumaria, a importancia da missão do capitão-mor: — trata-se nada mais nada menos do que da fundação de um centro administrativo num meio em que só tem predomínio a rudeza selvagem dos indigenas. E' empresa que dá a medida da capacidade dum homem, na mais completa acepção da palavra. Tem aí que evidenciar o seu poder criador, arrancando da deficiencia de recursos a transformação do solo agreste, lançando-lhe culturas, estradas, edificações; ha-de provar a qualidade do seu tacto governamental impondo a educação, o trabalho e a disciplina á superstição a mais ignara dos costumes primitivos dos indigenas, já obtemperando com vantagem aos frequentes e perigosos imprevistos, já resestindo fisicamente ás constantes intemperies, fadigas e privações a que fatalmente é arrastado na sua aventureira existencia pelo mato e com que afinal vai consumindo a vida, semeando-a em torno de si.

E' este o papel dum capitão-mor em Africa, hoje, expresso em diplomas officiais.

A administração de Angola, segundo o que observei, tem o seu defeito principal na falta de uma acção continua e ordenada, de um «esprit de suite», falta que mais se faz sentir nas administrações subalternas.

Inicia-se hoje uma determinada diligencia; por qualquer circumstancia quem a dirige, quem a iniciou, retira-se, é substituido no cargo a que está affecta essa diligencia. O novo funcionario entra em exercicio desconhecendo a maior parte das vezes a existencia desse trabalho e esse trabalho pára; ou quando conheça a sua existencia, porque lha indiquem ou dela encontra vestigios, ignora em absoluto a orientação até então seguida, a razão de determinadas formas, enfim o plano inicial preconcebido. E recomeça o empreendimento segundo as suas vistas, com uma orientação diferente, isto é, começa-se de novo. O trabalho realizado pelo antecessor é perdido, por falta de continuidade.

E desta forma, como por ali se muda de funcionarios com a mesma facilidade que nós aqui em Lisboa mudamos de criados, estamos sempre a principiar.

E no entanto é condição fundamental de progresso que o dirigente de amanhã, sciente e compenetrado da orientação seguida no trabalho feito até hoje, prosiga nele, em vez de o destruir; que tão pouco o deixe desmoronar por falta do reboco de que por ventura careça.

Sob este ponto de vista, de enorme e eficaz vantagem seria a conservação prolongada dos dirigentes nos seus logares, o que até hoje só se tem procurado obter forçadamente, com medidas de natureza coerciva, que, afinal, são contraproducentes.

A capitania-mor dos Ganguelas e Ambuelas, com inicio em 1886, teve desde então até 1912 trinta capitães-mores! Com semelhante instabilidade ha-de necessariamente sentir-se até aos alicerces, a obra que se pretende levantar E assim se explica que ainda hoje esteja essa rica e vasta circunscrição reduzida ao regimen de capitania.

A par da estabilidade dos dirigentes requer-se a sua selecção. Para essa selecção é imprescindivel que concorra, alem

das qualidades morais, o cabedal de conhecimentos proprios e praticos, indispensavel. Não é admissivel que seja no proprio campo de acção, e com prejuizo desta, que se vá adquirir até os proprios rudimentos.

Um sistema de fomento com registo no Governo Geral, em relação a cada distrito, nos distritos em relação a cada circunscrição, e nas circunscrições em relação a cada serviço ou trabalho, permitiria encadear os trabalhos empreendidos dando-lhes uma sequencia rigorosa, que seria vigiada superiormente.

Com este registo já não sucederia, quando um funcionario se dirigisse ao governador reclamando tal ou qual providencia prometida para um determinado fim, o governador responder-lhe — *desconheço isso*. O governador que de novo assumisse o cargo, tinha ao seu dispor o meio de se orientar sobre os trabalhos iniciados na Provincia ou no Distrito e impedir-lhe o desenvolvimento desejavel. Continuar-se-ia assim o trabalho até então feito, tal e qual como num vulgar edificio de que um abre os caboucos, outro lança os alicerces, outro levanta as paredes, outro assenta a cobertura e outro finalmente lhe põe termo, podendo tudo assim succeder sem inconveniente, porque todos respeitam o projecto que inicialmente se elaborou, que só sofrerá modificações no sentido rigoroso de melhorar a obra.

Assim, sim; assim poder-se-ia conseguir alguma cousa.

Mas, ainda resta promover a estabilidade do funcionalismo. Com tal intuito o que inicialmente se impõe é colocar os funcionarios em condições regulares de vida. Sem isto, a obrigatoriedade que se tem procurado impor de permanencia nos cargos falla, e quando não falla produz, no geral, vitimas.

Pegar num funcionario, atirar com ele para o meio do sertão e aí abandona-lo privado de tudo quanto constitue as imprescindiveis necessidade da vida humana, é concorrer para que esse funcionario dentro em pouco tempo se veja reduzido a uma situação lastimavel, que o obrigará a retirar, se quizer salvar a vida. E de esta forma nunca haverá estabilidade no funcionalismo, acrescendo ainda a circumstancia muito ponderavel, que durante o proprio tempo que permanecer no local não estará no pleno gozo das suas faculdades e assim o produto do seu trabalho não terá um rendimento, já não digo maximo, mas simplesmente satisfatorio. De um homem a miudo vitima das condições desfavoraveis a que o obrigam, de um

corpo doente, não ha que esperar grande acção. E isto faz-se sob a obcecação da economia, que afinal redundá em desperdicio, como se evidencia sem necessidade de demorada cogitação.

Já o célebre economista Herbert Spencer estabeleceu como verdade que se não pode iludir, que a condição primeira para o bom exito da vida é ser-se um bom animal. Ora o animal perderá as suas boas qualidades, ficará em circunstâncias idênticas às de um mau animal, quando as privações e com as privações a inexorável doença lhe hajam minado o organismo, e isto quasi desde logo que entre em acção. A sua produção pouco valor pode ter.

O Estado tem pois, no seu próprio interesse, que ser humano. E o que êle faz é imolar vítimas. Mais adiante evidenciarei a verdade desta afirmação de modo a não restarem dúvidas.

* * *

Nota-se que superiormente se liga particular interesse ao desenvolvimento das circunscrições já regularmente organizadas, sem que as mesmas atenções se concedam às que permanecem no estado embrionário, que bem se pode dizer estão na sua infancia e por isso de maiores e mais assíduos cuidados carecem. Quando se legisla quasi se olvidam as capitánias; na distribuição dos elementos necessários ao progresso quasi que são postas de parte. A capitania-mór dos Ganguelas e Ambuelas é, porém, tão ricamente esperançosa, que merece bem se lhe dispense particular interesse para que rápidamente renda o que pode, que é muito, e deixe de ser o servedouro de dinheiro que até hoje tem sido.

Deve-se ir applicando à capitania tudo o que fôr adaptável do que está regulado para as circunscrições civis, muito principalmente a criação do «fundo de circunscrição» e a granja do tipo próprio.

É obvio que se à circunscrição civil convêm um fundo próprio para o seu desenvolvimento, mais dêsse fundo carece ainda a capitania, em que tudo está ainda por fazer. A necessidade da granja, essa não tem discussão.

Eu bem sei que a razão porque se não tem concedido às

capitanias um fundo próprio para o seu desenvolvimento, está em que esse fundo lhes não basta, e que são necessárias verbas especiais, de excepção, para que as capitanias sejam desenvolvidas até que atinjam o estado regular tido como bitola da «circunscrição civil». Mas o facto real, é que essas verbas excepcionais lhes não são votadas conforme as necessidades, as mais urgentes sequer, e assim as capitanias ficam, não só sem essas verbas, mas ainda sem o pouco que lhes pode dar o fundo de circunscrição. Por tudo querer, perde-se o pouco que se pode realizar. Sempre ouvi dizer, desde que me entendo, que mais vale o pouco certo, que o muito duvidoso. E demais a criação do fundo de circunscrição ou de fomento, conforme melhor quizerem, não obsta a que se dê às capitanias o que extraordinariamente se lhes poder dar por conta do orçamento geral da colonia, tal e qual como se pratica com as circunscrições civis.

Eu attribuo esta diferenciação entre o que se concede às capitanias e às circunscrições civis, às influências locais. Na capitania, o capitão-mór e o indígena não constituem uma influencia que se imponha; e como as necessidades de momento são grandes e incompatíveis com o estado de finanças da colonia, acode-se às reclamações mais insofridas. Mas prejudica-se consideravelmente a economia da colonia, como no caso que considero, em que se nos depara um rendimento de 1.300\$00 esc. onde já se podia ter uma receita superior a 20.000\$00, pois é esta a receita que eu garanto pode dar a capitania-mór dos Ganguelas e Ambuelas, dentro de meia duzia de anos.

Feitas estas ligeiras considerações, vou desenvolver a tésé que me propuz, conservando-me no campo restrito da capitania que administrei.

Como base de toda a grande obra a levantar temos a

Ocupação

A capitania-mór dos Ganguelas e Ambuelas era servido ao tempo por uma das seis vias de comunicação estudadas em 1907, como eixos principais do sistema geral de ocupação: — caminho de ferro de Benguela, carreteira Cubal-Ganda, Caconda-Forte do Cubango (antigo Princesa Amelia), Menongue até rios Cuito e Cuando, com a navegação em projecto dêstes dois rios

e do Cubango e do Cutato. Hoje, tendo o caminho de ferro de Benguela passado o Huambo, deve estar concluída uma estrada ligando esta povoação com o Cubango, para a qual concorri com o meu estudo e as minhas instâncias. Eu próprio percorri o seu traçado definitivo, quando retirei do Cubango, havendo sido o primeiro funcionário que dali recolheu a Benguela por tal caminho.

Na antiga via de comunicação acima indicada existem sete fortes que são, seguindo de Caconda para o Cuito, Cussaba, Dongo (antiga séde do primitivo comando militar dos Ganguelas e Ambuelas), Coluí, Cubango (séde da capitania), Cutato, Cuchi e Menongue. Os fortes Dongo, Cubango e Menongue são de ocupação, os restantes de ligação e todos igualmente de polícia.

O Acto Geral da conferência de Berlim, estabeleceu nos seus artigos 34.º e 35.º as regras que presidem à validade da posse de territórios africanos, impondo como obrigação assegurar a autoridade suficiente para manter o respeito dos direitos adquiridos e a liberdade do comércio e do trânsito nas condições estipuladas.

Embora a conferência a que me refiro, ao inscrever-se estas regras, não tivesse em vista efeitos retroativos, quer dizer, tratasse apenas de possessões a adquirir desde esse Acto por diante, é certo que pouco depois surgiu a conhecida questão da posse das ilhas Carolinas, entre a Espanha e a Alemanha, cuja decisão pelo papa Leão XIII, escolhido como mediador, veio fixar, como jurisprudencia, a extensão genérica dos princípios assentes na conferência, e que expuz, a todas e quaisquer possessões.

Na conformidade do direito internacional vigente, não há, pois, alegações de propriedade que valham quando se não apoiem em factos positivos de administração e de polícia.

Temos assim que não tem lugar discutir a necessidade de ocupação. Esta é imprescindível ao direito de propriedade.

Mas admitindo mesmo que não existisse este motivo imperioso de ocupação, outras causas concorrem a influir na sua necessidade. O território da capitania dos Ganguelas e Ambuelas, em razão da sua proximidade dos limites da província, não se esquivava às consequências do facto que pouco antes de eu entrar em exercício havia sido apontado oficialmente e que vou

expôr:— Em todas as possessões que circundam a província de Angóla — Congo Belga, Rodésia N. W. (território britânico) e Colonia do Sudoeste há pouco perdida pela Alemanha em beneficio da Inglaterra, as soberanias respectivas tratam com actividade de efectivar o seu dominio, multiplicando as estações e os postos, a acção administrativa e as facilidades de comunicação, succedendo por consequência que em certas zonas fronteiriças se dá um desequilibrio sensível entre a intensidade da vigilância e das intervenções policiaes e civilizadoras aquem e alem da linha de demarcação.

Dêste lastimável estado de cousas resulta muito naturalmente para o nosso território o papel nada invejavel de refugio ou velhacouto de todos aqueles que queiram escapar-se às repressões acaso exercidas pela autoridade vizinha com efficiencias superiores, a respeito, por exemplo, do esclavagismo, feitiçarias, comércio de alcool, polvora e armas, banditismo, ociosidade e mais pontos de vista de emergência tão pouco louvavel, como freqüente, por aquelas paragens. E tudo se interna pela circunscrição de que estou tratando, acoitando-se em pontos menos influenciados pela nossa autoridade e onde não deixa de haver elementos do mesmo jaez não importados.

Assim o quadro do que aí se passa, e que consta de documentos officiaes até publicados, é este:

«... a região dos Luchazes e cercanias está servindo de teatro de operações a individuos fóra da lei, europeus e não europeus (mestiços em grande numero), estranhos ao pais, mas exercendo nele modos de vida declaradamente condenaveis, em que a extorsão, o incendio e o roubo, á mão armada, representam meios de acção de uso corrente e cujos excessos, alguns assassinatos e selvagerias averiguadas, assinalam e corroboram sem abrir lugar a duvidas».

Posto isto, tem logar saber-se: os sete postos existentes bastam para a occupação?

No meu fraco modo de vêr não se devem aumentar, por ora pelo menos, os postos militares existentes, comquanto estes não bastem ao fim a que teem de satisfazer em toda a circunscrição, quando se pretenda esse fim completo.

Segundo o que officialmente está recomendado a situação dos postos deve determinar-se em obediencia á seguinte orientação:

1.º Manter relações e fiscalização junto aos povos mais importantes e renitentes;

2.º Proteger a circulação comercial e dominar os centros mais produtores, agrícolas e de negocio.

Em obediencia aos principios assim expressos, são necessarios postos na região do Galangue, o povo mais importante da circunscrição, cujo soba é ainda um potentado a valer, e na de Menongue, muito habitada pelos quiocos, raça altiva e valente, e onde o forte existente ocupa uma posição muito excentrica.

Mas os postos, para que produzam uma acção eficaz e compensadora dos sacrificios que acarretam á Fazenda Publica, precisam que se lhes mantenha a guarnição exigida pela area da sua jurisdição e densidade de população, e que tenham um comando cuidadosamente escolhido, cujos actos sejam rigorosamente inspecionados. Quando assim não seja, não só nada produzem, tornando-se um verdadeiro desperdicio a despesa que se faz com a sua manutenção; mas ainda, o que é peor, concorrerem negativamente para o objectivo almejado; a sua acção é dissolvente; desmoralizam e afastam o gentio; são elementos de forte e nefasto retrocesso. Verdade triste, mas verdade, que explica o afastamento dos indigenas de ao pé dos postos.

O que encontrei existindo e continuou a existir durante a minha administração, dando-me horas de amargura que não poderei esquecer, apesar das mais instantes e repetidas reclamações que fiz e que esbarraram ante a impossibilidade em que jazia o Governo Geral, mercê das *sabias* peias do da Metropole, é a antitese a mais formal do que deve existir: as guarnições deficientes em quantidade e qualidade, compostas de soldados indigenas na maioria incapazes fisicamente do serviço, chegando o comando de 3 postos a ser exercido por soldados indigenas analfabetos¹ Inspeção... para quê, se não havia bons elementos para substituir os que reconhecidamente eram maus?

Este pernicioso mal, causa do atraso em que a capitania permanece pelo que respeita ao seu dominio, apesar das suas riquezas prometedoras, que será devido como se diz á desproporção da guarnição da Provincia, em relação ás suas necessi-

¹ Os fortes de occupação devem, em regra, ser comandados por officiais; os de ligação por sargentos.

dades, comquanto me pareça que outras causas concorrem em boa parte para tão desastrosos efeitos, carece de pronto remédio, para que do que existe se tire todo o proveito. Colocando as jurisdições já ocupadas em condições regulares e tais que permitam a natural expansão para pontos mais longiquos, irradiará a civilização, colher-se-ha o fruto da sementeira dispendiosa a que se destinam os fortes. Isto conseguido e só então se deverão levantar novos postos, sem que comtudo se prejudique a acção dos outros com o cerceamento dos elementos que lhes são indispensaveis, para que se não produza o retrocesso. Se a criação dos novos postos origina um excesso de despesa, pois alem do mais torna naturalmente necessario um acrescimo de força publica, deverá essa despesa já estar coberta com o desenvolvimento da acção do existente. A civilização vem assim conquistando terreno por expansão natural, que é a mais util economica e moralmente.

Como complemento á occupação pelas guarnições dos fortes, e visto que não pode estar a levantar-se fortes em toda a parte, é indispensavel um serviço volante rapido, bem montado, com quartel na sede da capitania, constituido por uma fracção de infantaria montada em bois-cavalos. Será o elemento mais eficaz e decisivo para o policiamento da circunscrição; com ele se obviará á falta de postos em determinadas zonas. A sua força poderá ser formada com soldados indigenas, mas escolhidos; com ganguelás não se pode contar, porque são mais ou menos poltrões; dos que lá tinhamos escolheriamos os cabo-verdianos; é possivel ainda o alistamento de alguns cuanhamas.

O comando desta força deve ser exercido sempre por europeus com boas qualidades militares.

Em cada forte subalterno deverão existir permanentemente duas praças desta infantaria montada, para satisfazer ao serviço de comunicações rapidas.

Para a guarnição militar da capitania basta uma companhia indigena de infantaria no efectivo maximo, como está estabelecido, comtanto que:

- a) Não seja desviado nenhum graduado do seu efectivo para serviço alheio á circunscrição;
- b) Todas as praças indigenas estejam capazes do serviço;
- c) Se junte á companhia:
 - 1.º Um grupo de infantaria montada (um pelotão) composto

de 40 soldados indigenas e dois cabos e um segundo sargento europeus de cavalaria, sob o comando dum subalerno da mesma arma :

2.º Um grupo de artilheiros (8 soldados e 1 cabo) adestrados no manejo das peças que guarnecem os fortes ;

3.º Um ferrador pratico em veterinaria.

d) Finalmente, se cumpra o que está determinado sobre o serviço sanitario.

A missão especial desta guarnição será o policiamento, com a manutenção da ordem. Nada de guerras, tudo pela persuasão, sistema de que tirei um optimo resultado, até mesmo no Galangue e para com os proprios quiocos. Mas escusado será dizer que essa persuasão precisa de ter atraz de si — a força. E' uma condição indispensavel entre os povos civilizados, mormente o será entre os selvagens.

Entremos agora nos diferentes ramos de administração.

MELLO E ATHAYDE.



OFICIAIS ACADÉMICOS

A Academia das Sciências de Lisboa, desde a sua fundação, pelo Duque de Lafões, em 1799, admitiu no seu seio, 100 officiaes portuguezes do exército de terra e mar, facto este, que é extremamente honroso para todos nós militares.

Dêstes 100 officiaes académicos, um décimo, ou sejam 10, figuram na lista dos sócios da Empreza da *Revista Militar*. São elles: Fortunato José Barreiros, Fernandes Costa e Rodolfo Guimarães, sócios effectivos; Carlos Bocage, Conde de S. Januário, Sebastião Téles, Nunes Gonçalves, Fernando Maia, Morais Sarmiento e Teixeira Botelho, sócios correspondentes.

Os nomes desses cem officiaes¹, armas a que pertencem e categoria que têm na Academia, constam da relação junta, extrahida do registo geral de sócios, existente na secretaria académica.

Nomes	Categoria de sócio	Arma a que pertence	Observações
* João Baptista Vieira Godinho d'Aguiar.....	correspondente	artilharia...	
* Luiz da Silva Mousinho d'Albuquerque.....	effectivo.....	engenharia...	
* Januario Correia d'Almeida (Conde de S. Januário).....	correspondente	estado-maior.	
Carlos Augusto Moraes de Almeida.....	effectivo.....	engenharia...	
* Augusto Carlos Teixeira Aragão.....	effectivo.....	médico do exército...	
Jayne Aurelio Wills d'Araujo.....	correspondente	engenheiro hidrografo.	
* Antonio José d'Avila (2.º Marquez d'Avila e Bolama).....	correspondente	estado-maior.	

¹ Os sócios já falecidos, têm o nome precedido de um asterisco.

Nomes	Categoria de sócio	Arma a que pertence	Observações
* Francisco de Villela Barbosa	efectivo	engenharia . . .	
* Fortunato José Barreiros	efectivo	artilharia	
* Antonio Manuel Cunha Bellem	correspondente	médico do exército	
* Francisco da Fonseca Benevides	efectivo	marinha	graduado.
* Carlos Roma du Bocage	correspondente	engenharia	
José Justino Teixeira Botelho	correspondente	artilharia	
* José de Freitas Teixeira Spinola Castello Branco	correspondente	engenharia	
* Zepherino Norberto Gonçalves Brandão	correspondente	artilharia	
* Hermenegildo Carlos de Brito Capello	correspondente	marinha	
* João Carlos de Brito Capello	correspondente	marinha	
Alfredo Augusto Schiappa Monteiro de Carvalho	efectivo	artilharia	
* Claudio de Chaby	correspondente	infantaria	
* Manuel Joaquim Pinheiro Chagas	efectivo	infantaria	
* José Maria Latino Coelho	efectivo	engenharia	
José Candido Correia	correspondente	marinha	
* João d'Andrade Corvo	efectivo	engenharia	
* Bartholomeu da Costa	efectivo	infantaria	primeiramente foi de artilharia, depois de infantaria com exercicio de engenheiro, e em seguida com exercicio de artilharia.
José Fernandes Costa Junior	efectivo	artilharia	
* José Maria Couceiro da Costa	correspondente	engenharia	
* Luiz Maximo Pinto de Sousa Coutinho	correspondente	cavalaria	
* Matheus Valente do Couto	efectivo	engenharia	primeiramente foi de marinha.
Pedro José da Cunha	correspondente	engenharia	
Julio Dantas	efectivo	médico do exército	Obteve a demissão.
* Joaquim Filippe Nery Delgado	efectivo	engenharia	
* Matheus Valente do Couto Diniz	correspondente	artilharia	
Vicente d'Almeida Eça	correspondente	marinha	
José Ennes Guilherme	correspondente	médico do exército	
* José Cordeiro Feio (Visconde das Fontainhas)	efectivo	engenharia	primeiramente foi de marinha.
* Luiz Carlos Mardel Ferreira	correspondente	cavalaria	
Luiz Feliciano Marrecas Ferreira	efectivo	engenharia	
* Bernardo de Sá Nogueira			

Nomes	Categoria de sócio	Arma a que pertence	Observações
de Figueiredo (Marquez de Sá de Bandeira)	emerito	engenharia . . .	primeiramente foi de cavalaria.
* Filipe Folque	efectivo	engenharia . . .	
* Marino Miguel Franzini . .	efectivo	engenharia . . .	primeiramente foi de marinha.
* Manuel Jacinto Nogueira da Gama	correspondente .	engenharia . . .	
Joaquim Ferreira de Sousa Garcez	correspondente .	médico do exército . . .	
* José Nunes Gonçalves . . .	correspondente .	artilharia . . .	
Rodolpho Ferreira Dias Guimarães	efectivo	engenharia . . .	
* Francisco da Ponte Horta	efectivo	artilharia	
* José Maria da Ponte Horta	efectivo	artilharia	
* Roberto Ivens	correspondente .	marinha	
* João Antonio Judici	correspondente .	engenharia . . .	
Hugo de Lacerda	correspondente .	engenheiro hidrografo .	
* D. Luiz da Camara Leme Maximiano Augusto de Oliveira Lemos	correspondente .	estado-maior .	
João Maria d'Almeida Lima	efectivo	artilharia	
* Francisco Antonio de Brito Limpo	correspondente .	engenharia . . .	
* Manuel do Espirito Santo Limpo	efectivo	engenharia . . .	
Francisco de Miranda da Costa Lobo	correspondente .	infantaria . . .	miliciano.
* Adolpho Ferreira de Loureiro	correspondente .	estado-maior .	
Achilles Alfredo da Silveira Machado	efectivo	engenharia . . .	
* Fernando da Costa Maya	correspondente .	cavalaria	
* Francisco Simões Margiochi	efectivo	engenharia . . .	primeiramente foi de marinha.
João Lopes da Silva Martins Antonio Alves Pereira de Mattos	correspondente .	médico do exército . . .	
* Miguel Antonio de Mello	correspondente .	cavalaria? . . .	Foi general governador de Angola. Era provável que pertencesse à arma de cavalaria, mas não foi possível averiguar ao certo.
Henrique Lopes de Mendonça	efectivo	marinha	
* D. Pedro Joaquim Vito de			

Nomes	Categoria de sócio	Arma a que pertence	Observações
Menezes (Marquez de Marialva).....	livre.....	cavalaria.....	
* Henrique Niemayer.....	correspondente ..	engenharia...	
* Frederico Augusto Oom.	efectivo.	engenheiro hidrografo.	
Frederico Oom	correspondente ..	engenharia...	
* Luiz Porphyrio da Motta Pegado	efectivo.	infantaria ...	
Francisco Maria Esteves Pereira.....	efectivo.	engenharia...	
* José Maria Dantas Pereira	efectivo.	marinha	
* Gerardo August Perry...	correspondente ..	infantaria ...	
* José Antonio Raposo. ...	livre.	engenharia...	
* Ricardo Luiz Antonio Raposo.	livre.	engenharia ..	
Jacinto Ignacio de Brito Rebello	correspondente ..	infantaria ...	
* Carlos Ribeiro	efectivo.	engenharia ..	
* Anastacio Joaquim Rodrigues.	efectivo.	engenharia ..	
Cesar Augusto Campos Rodrigues	efectivo.	engenheiro hidrografo.	
* José Manuel Rodrigues...	correspondente ..	artilharia. ...	
José Estevão de Moraes Sarmiento	correspondente ..	infantaria ...	
Cristovão Aires de Magalhães Sepulveda	efectivo.	cavalaria.....	
* Joaquim Correia da Serra.	correspondente ..	engenharia..	
Luciano Antonio Pereira da Silva	correspondente ..	engenharia...	
Augusto Vieira da Silva...	correspondente ..	engenharia ..	
* Joaquim Henriques Fradesso da Silveira	correspondente ..	infantaria ...	
Manuel Soares de Mello e Simas.....	correspondente ..	artilharia. ...	
José María de Oliveira Simões	correspondente ..	artilharia. ...	
* Francisco Pedro Celestino Soares.....	efectivo.	infantaria ...	
* Joaquim Pedro Celestino Soares.....	efectivo.	marinha	
* Pedro Celestino Soares ..	correspondente ..	engenharia ..	
* Antonio Filippe Marx de Sori.....	correspondente ..	engenharia...	
* Francisco de Borja Garção Stockler (Barão da Praia da Victoria).....	efectivo.	artilharia. ...	
Francisco Xavier da Silva Telles.	correspondente ..	médico da armada	
Sebastião Custodio de Sousa Telles.....	correspondente ..	estado-maior.	
* João Evangelista Torriani.	efectivo.	engenharia...	

Nomes	Categoria de sócio	Arma a que pertence	Observações
* Francisco de Paula Travassos.....	efectivo.	engenharia...	
* Antonio Diniz do Couto Valente	efectivo.	marinha.	
* Custodio Gomes Villas Boas.....	efectivo.	artilharia. ...	
* Custodio José Gomes Villas Boas.....	correspondente	engenharia...	
Adriano Augusto de Pina Vidal.....	efectivo.	artilharia....	
Ernesto Jardim de Vilhena	correspondente	marinha.	

Por esta lista se vê, que da Armada têm entrado para a Academia, 17 oficiais, sendo 1 médico naval, 3 engenheiros hidrógrafos e 12 oficiais de marinha, e do Exército, têm feito parte daquela douta corporação, 83 oficiais, sendo 5 do estado maior, 38 de engenharia, 17 de artilharia, 6 de cavalaria, 10 de infantaria e 7 médicos-cirurgiões.

Ainda por êste resumo se vê que avultam na suprema corporação científica portuguesa, os oficiais de engenharia, cujo número passa do dôbro dos oficiais da arma de artilharia, cuja representação figura em segundo lugar.

Lisboa.—Maio de 1918.

R. G.

Noticia historica do Almirantado inglês

O almirante inglês Sir Vesey Hamilton, publicando o seu precioso livro «Naval Administration», atravez de cujas páginas muita luz irradiou na Inglaterra e no estrangeiro, sobre o verdadeiro espírito que preside ao funcionamento do Almirantado, lança algumas frases que constituem verdadeiro ensinamento: «For myself, I have learnt more offhe interior working of the Admiralty by the compilation of this volume, than I did in five years at the Admiralty, where the one's own department is more than suffi cient for the day».

Singelamente registadas pelo ilustre oficial que, com toda a proficiencia desempenhára o importante cargo de First Sea Lord, estas palavras nos indicam que o exercicio de funções administrativas pouco, ou mesmo nada, contribue para a competência de qualquer individuo, se êle não tiver a curiosidade de encarar os problemas no seu conjunto, dilatando o ambiente da própria repartição em que trabalha.

Mostram que a organização para a administração se estuda tanto ou mais quanto a mais complexa parte da arte militar, que tem na sua perfeição o seu mais forte alicerce.

A Historia estabelece como epoca de origem da marinha inglesa, a da dominação romana, quando tres titulares administravam a ilha, encarregando-se um dêles de defender as praias dos ataques frequentes dos piratas. Este unico personagem dirigia os navios, a infantaria de marinha (que desde logo surgiu para os combates no oceano), os estabelecimentos dos portos, que às necessidades marítimas se iam adaptando.

Abandonada a ilha pelos romanos, e passada a fase de

lutas entre as tribus diversas que se degladiavam, ficou a direcção da marinha a cargo do próprio monarca, que em geral ouvia conselheiros idoneos, sobre a resolução a tomar, chegando mesmo a delegar amplos poderes a certos agentes que se denominavam *Guardians of the Seas* e que mais tarde tomaram a denominação de Almirantes.

Nesse caso, como sempre, encontramos a auctoridade ampla de uma administração que se inicia, que compreende os seus primeiros passos, nas mão de uma só pessoa, a cuja actividade vão pouco a pouco fugindo actos funcioaes subalternos, elementares, à medida que na sua qualidade ou quantidade, o objectivo da tarefa se desenvolve e com êle o acervo do trabalho.

Outra dedução immediata que se apresenta consiste na observação de que a organização administrativa da marinha inglêsa não foi obra de uma pessoa ou de uma epoca. Conhecido o tradicionalismo que rege a evolução lenta de todas as instituições publicas na Inglaterra e o afastamento a que nos achamos dos primeiros séculos da sua historia, fica facilmente explanado como a sua administração naval se modelou pelas circunstâncias, não sendo de forma alguma o fructo perfeito e unico de uma só determinação preconcebida.

Sabe-se que, durante o reinado de Henrique I, em 1100, existia já um administrador naval provido de uma côrte de auxiliares e que em 1199, durante o reinado do monarca John, o funcionario que desempenhava tal emprego, não sómente dirigia os movimentos e outras actividades relativas aos navios do rei, como os de outras embarcações fretadas pelos nobres, instaladas nas cinco partes principaes da costa do país.

Durante o reinado de John, esteve confiada por muitos anos a William de Wrotham a questão dos negócios navais.

Já nessa epoca, cinco portos do sul tinham-se tornado sédes de actividade maritima, donde partiam os pescadores e principaes embarcações mercantes e onde se estabeleceram os berços das esquadras creadas pelo próprio interesse dos armadores aliado ao do Estado. Estas sédes primitivas de actividade maritimas foram os portos de Hastings, Sandwich, Dover, Romney e Hythe.

No inicio do século XIII, surge na história a figura notavel de Hubert de Burgh, então governador do Castelo de Dover.

O reinado de John havia produzido grande descontentamento entre os senhores dos portos principaes. Precisamente neste periodo crítico de eficiencia, uma parte da esquadra francesa empreendeu o ataque da Inglaterra. Surdos às necessidades supremas da patria, os navios mantinham-se obstinadamente intentados nos portos ingleses. Então Hubert de Burgh, com uma épica resolução reúne os marinheiros dos cinco portos, exhortando-os ao cumprimento do dever. Faltava apenas a estes homens a voz de um chefe prestigioso.

As esquadras partiram sob o comando do próprio nobre referido e a derrota da esquadra francesa tornou-se o verdadeiro início das glórias navais da Inglaterra, garantindo-lhe uma longa paz subsequente, apenas perturbada pelas aventuras da pirataria que infestava o Canal.

Em 1337 appareceu uma instrução, notavel em relação à epoca. Prescrevera uma mobilisação conjuncta dos navios sob a direcção da autoridade naval superior, a qual deveria assistir aos suprimentos, escolher as guarnições e superintender nos trabalhos dos tribunais de Justiça Naval.

O termo *Almirante* (Admiral) surge pela primeira vez em 1303, quando se comissionou Servase Alard «Capitain and admiral of a fleet of the ships of our lingue Ports, to proceed in our service to the seattish ports, by our comand».

Parece originar-se do arabe *amir* ou *emir*, pois divulgou-se na Inglaterra depois das expedições para as guerras santas.

Servase Alard, este primeiro almirante era um marinheiro de profissão e foram-lhe dados amplos poderes tanto nos portos como nas suas esquadras ¹.

Em seguida tornaram-se consagrados os titulos — Admiral of England — e subsequentemente — Lord High Admiral of England, — o qual é famoso, no estudo historico da resolução do Almirantado.

A administração naval foi exercida *individualmente* pelo «Lord High Admiral» até 1628. Daí em diante, passou a ser praticada *em comissão*, como praxe. Entretanto, já em epoca anterior, os historiadores nos indicam a criação de um conselho de Almirantes, incumbido de levar a efeito as attribuições propriamente executivas confiadas de um modo generico, ao

¹ Wilmot. Our Navy a thousand years.

Lord High Admiral, e, além deste, um segundo conselho que durante séculos subsistiu, o qual se destinava a desempenhar deveres que se consideravam de natureza civil: este ultimo intitulava-se Navy Board; era nominalmente sujeito ao Lord High Admiral, como o primeiro; mas, na realidade, fugiu aos poucos á tutela desta autoridade, tornando-se por fim perniciosamente independente na pratica ¹.

Desta epoca datam as seguintes autoridades, que durante séculos encontramos na historia do Almirantado: «*Surveyor of Marine, Treasurer, Comptroller of the Navy*» ². Já existiam nos portos departamentos de intendência, artilharia e outros, bem como arsenais e depositos.

Chegamos, pois, á conclusão que antes de 1628 funcionavam os dois conselhos distinctos, sujeitos nominalmente ao Lord High Admiral. Em 1628, porém, esta autoridade unica foi substituida por uma comissão, continuando a subsistir de baixo da comissão, os dois conselhos.

Houve epoca em que o capricho humano chegou a determinar a constituição de um sistema extraordinariamente exótico: Uma comissão do parlamento dirigia o *Almirantado* e outra comissão do parlamento dirigia o Navy Board.

Não podemos dizer de modo absoluto que de 1628 em diante a marinha inglêsa tivesse sido sempre administrada por uma comissão. Citam-se exemplos discordantes da praxe.

Assim, Carlos II designou o Duque de York, á feição do costume passado, — Lord High Admiral.

Depois de haver este resignado, o rei Carlos chamou a si a direcção dos negocios navaes, sendo para tal fim auxiliado pela comissão mencionada.

Subindo ao trôno, James II (duque de York) constituiu-se o chefe efectivo do exército e da marinha, acto este que se considera como represalia contra o seu irmão e antecessor, produzida pela rivalidade que entre os dous existiu e que evidentemente dera em resultado a supremacia deste ultimo, nos negocios da marinha de guerra.

James II revelôu-se um dos mais habéis administradores

¹ Commander Robison — The British Fleet.

² Stenre — The English Navy.

que a Inglaterra marítima tem possuído, regulamentando com grande sabedoria todos os serviços importantes.

Essas disposições foram corporisadas em 1717, como um remate final à sua obra, que fôra concluída em 1688.

Vemos então perfeitamente determinado pelos actos officiais, desse tempo, que as principais autoridades deveriam estar em constante comunicação em "conselho comum e argumento de maioria de opiniões", isto é, "by common council and argument of most roices"; e, segundo acrescenta Hamilton, "living as near together as they convenien thy could and meeting at least twice a week at the navy office, and the times of their meetings were to be made public".

E comenta o autor citado: «No instructions could be somnder. The naval transations of this period are admirably reflected in the famous diary of Pappys and his memories of the navy, printed in 1690».

O acto declaratorio dessa epoca que definiu o Almirantado estabelecia que -- «todas as autoridades, jurisdições e poderes que, por acto do Parlamento ou outro motivo, isto é, pelo uso, tinham sido conferidas ao antigo Lord High Admiral, pertenceriam sempre e deveriam sempre pertencer aos *commissioners for excenting the office for the sime being*, to all intents and purpose, as it the said commissioners were — Lord Admiral of England»¹.

A Camara dos Comuns procurava frequentemente diminuir, o mais que pudesse, a influencia da Corôa sobre a marinha, renovando e reforçando o acto declaratorio que criou o Almirantado.

Todavia, encontra-se atravez da Historia, uma vez ou outra a nomeação de um Lord High Admiral, auxiliado por um conselho.

Nem todos estes, porém, foram felizes nos seus actos, ou conquistaram renome comparavel ao de James II, anteriormente Duque de York.

Commander Robinson, autor muito recomendado, que, como Hamilton, nos está guiando nesta investigação historica, expande a seguinte apreciação sobre o principe Jorge da Dinamarca,

¹ Hamilton, pag. 10.

nomeado 1.º Lord do Conselho do Almirantado, em 1702; «The making of Prince George our Lord High Admiral proved, in many instances, very unhappy for the nation; men of bad designs imposed upon him; he understood those matters very little, and they sheltered themselves under his name, to which a great submission was made, ut the complaints rose the higher for that».

Desde então, homens dos mais eminentes preencheram o posto de First Lord (Chefes do Conselho do Almirantado, isto é, ministros da marinha). O Governo em comissão presidida pelo First Lord provou satisfatoriamente, como nos afirmam historiadores entre os quais Wilmot¹, apesar de ter sido o século XVIII uma época de grande actividade naval.

Devemos, porém, notar que o successo dessa assembleia teve sempre por base uma direcção firme, um chefe eminente, um verdadeiro ministro concentrando a autoridade suprema.

Desde 1794 até 1801, teve a Inglaterra no leme do Almirantado, a mão experimentada de Earl Spencer, como Primeiro Lord.

Sucedeu-lhe Lord St. Vincent, o glorioso Almirante Jervis.

Assim se explica que, apesar da bravura e competência dos marinheiros que escreveram a página suprema de Trafalgar, houve no suporte da sua acção, a actividade experimentada de ministros de tal envergadura, que, embora presidindo uma comissão de administradores, souberam ser os seus verdadeiros chefes.

Entre 1825 e 1828, outro exemplo do advento de um Lord High Admiral, substituindo o Almirantado, aparece: — foi o duque de Clarence.

Em 1828 porém, Wellington reorganizou o Almirantado e daí até hoje tem estado sempre em comissão.

A princípio compoz-se de cinco autoridades. Pouco depois tiveram assento no Conselho, seis, e hoje o seu número total é de nove.

Quanto aos processos internos de administração, diz-nos Hamilton: «Durante o longo período que nos tráz até às vésperas de Trafalgar, a administração naval ficou invariavel em seus princípios.

¹ Livro citado, p. 143.

Os diversos lords viveram usualmente em estreitas relações; e a flexibilidade do sistema — para o qual chamo a atenção por ser a sua principal característica — tornou facil o processo de administração dentro do próprio Almirantado».

É evidente a conveniência da troca de ideias entre as autoridades pelas quais se distribuem as actividades funcionais.

Impõe-se mesmo a um grande número de observadores, a vantagem da discussão em comum como fonte de verdade, como espelho reflector das realidades que transpiram do cadinho da conferência.

Condenemos, porém, todo o enfraquecimento da unidade do mando, isto é, da decisiva autoridade final de um só, que represente o Governo, pois não pôde liaver agrupamento social, sem govêrno forte, resolutivo, acentuado.

Um ponto fraco existia, porém, neste sistema. O *Navy Office*, que desde séculos anteriores, tornara-se, como vimos, um agrupamento de funcionários civis, foi escapando à autoridade do Almirantado, e por tal forma dele se divorciou, que, no século XVIII a corrupção irrompeu assustadoramente, desorganizando os arsenais onde a fraude imperava, contaminando a atmosphera dos navios a tal ponto, que Jervis escreve a Lord Spencer, então ministro, durante o bloqueio de Cádiz, declarando: — «pôde ficar certo de que o ramo civil da administração está deteriorado até o íntimo».

Adversário irreconciliavel da administração civil, isto é, dos processos criminosos que invadiram o Navy Office, Jervis tornou-se talhado para a direcção do Almirantado em 1801, iniciando desde logo uma guerra sem tréguas a êsse ramo da marinha. Ninguém melhor de que Jervis estaria em condições de levar ordem aos departamentos administrativos, pois fôra ele uma das victimas da explosão de indisciplina da marinagem da sua esquadra.

Assim como lutara contra os sentimentos hostis dos marinheiros, combateu, no Almirantado, o espirito de motim que atingira os operários dos arsenais.

A fiscalização dos arsenais que o Navy Board exercia, passou por determinação de S^l Vincent, a constituir atribuição do Almirantado. Iniciou-se a politica de absorpção dos elementos da administração civil, pela administração militar, politica esta que chegou ao seu máximo desenvolvimento durante a notável

gestão de Sir James Graham, o qual, como First Lord, passou todos os departamentos que constituíam o Navy Office, para a jurisdição dos diferentes Lords.

«The investigations of the beginning of the century were not to bear pint, untill much later, when Sir James Graham gave to our naval administration, the form it now bears ¹».

Lord S^t Vincent foi um desses homens de excepcional carácter que colocou o seu dever em plano superior à popularidade.

A grande soma de interesses envolvidos pela fraude, custou-lhe violenta oposição, poucas vezes igualada na história administrativa do Almirantado.

Todas as diatribes lhe foram arremetidas.

Os escandalos que combatia foram-lhe, mesmo, atribuídos.

Ao deixar o Governo, uma onda de panfletos quebrou-se de encontro à sua reputação, molestando-a com a sua virulência inexcedível.

Aos homens de grande carácter, porém, esta crítica partidária não perturba o julgamento definitivo que merecem do historiador desapaixonado.

A sua defesa não tardou. As memórias sobre a sua administração, conservam-se em cópias, no Museu Britânico, demonstrando a quem tiver a curiosidade de consultá-las, «a infundada conspiração de adversários e rivais, movidos pela ambição», uzando as expressões de Hamilton.

Nesse documento se lê: «Sem uma carta ou uma agulha, navegámos por mares inexplorados e atravésos obstáculos formados pela pilhagem oficial, até que chegámos ao porto, e, na verdadeira sêde da intensa iniquidade ministerial, da qual se observa a estrêla do conluio passar pelo meridiano e o telescópio da corrupção culminar no tesouro».

Observamos que todos êstes desvios se originaram de uma desagregação inconveniente de repartições, *pois que os elementos de suprimento tiveram uma exagerada autonomia.*

Depois de Lord S^t Vincent, a administração que se destaca é a de Sir James Graham. Êste ministro civil, convidou para Primeiro Lord Naval (First Sea Lord), o conceituado Almirante Thomas Hardy, glorioso confidente de Nelson, na hora suprema

¹ Hamilton, p. 20.

de Trafalgar, official cujo carácter é um dos mais bÉlos entre os muitos que apresenta a marinha de Inglaterra.

Hardy, desempenhou como First Sea Lord, as funçōes de comandante em chefe. Seja dito, porÉm, que estas funçōes nŁo complicam no efectivo comando da esquadra no oceano.

O First Sea Lord é o director estratÉgico da guerra. Sendo mais competente que o ministro, é natural que o First Sea Lord, depois de esclarecÊ-lo sōbre a funçō da esquadra, seja o veÍculo das ordens, o seu formuladōr, o fiscal e o chefe.

Graham preenchia as condiçōes que deve ter um Ministro Civil, sobretudo na Inglaterra, e que sŁo: 1.º — Sêr estadista; 2.º — sêr bom parlamentar.

Trouxe para o Govérno a qualidade que se atribui aos ministros civis, mas que, convém lembrar, nem todos Éles possuem: — a de julgar sem paixŁo; a de nŁo trazer para o Govérno, o espÍrito de facçŁo.

Muito discutÍvel É este último privilégio que se lhes empresta, mórmente nos dias de anarquia intelectual que atravessamos, em que a inteligÊncia de certos polÍticos civis se sente atraída por motivos de toda a ordem, para as utopias socialistas, incompatÍveis, *pele exagero dos mais fantasistas* ou *dos mais interessados*, com as realidades e a ordem da organizaçŁo militar.

Verdade É, que nŁo deixa de apresentar pontos delicados de consideraçŁo, as opiniōes relativas ao exercÍcio da administraçŁo por militares.

No seu interessantÍssimo livro *Naval Administration*, John Briggs, que, por longos anos exerceu no Almirantado, um posto civil de destaque, declara com toda a razŁo: «Dizem que um almirante terŁ ideias assentes que um civil nŁo pode ter: mas raramente vi dois almirantes concordarem sōbre um sŁo assunto profissional».

Eis aÍ o motivo primordial que torna impossÍvel uma comissŁo judicante executiva sem chefe de prestÍgio que a governe.

Graham, nŁo sōmente melhorou o mecanismo administrativo, como ainda se empenhou em sanar o mal proveniente do favoritismo nas recompensas aos officiais.

Como declara esse autor, havia officiais que conseguiram preterir a cÊrca de 800 companheiros!

Sem obediência a número algum prefixado, as promoções dependiam exclusivamente da vontade e dos caprichos do Primeiro Lord.

As condições de família e as relações políticas, formavam a base necessária e suficiente para a selecção. Obedecia-se á praxe de promover os secretários dos almirantes quando éstos arriavam os seus pavilhões.

Graham, completando a obra de S^t Vincent, aboliu o Navy Office, desintegrando-o em cinco autoridades distintas individualmente responsáveis e conservando-as sob a sua superintendência superior.

Foram as seguintes: Accountand General (Contador); Surveyor of the Navy (Construção e Equipamento); Store keeper (Director dos Depósitos); Controller of Victualling (Intendente); Medical Director.

Realmente são éstas as principais actividades da parte por muitos viciosamente classificada *civil*, da administração naval: *Construir, pagar, dirigir os depósitos*¹, *dirigir os fornecimentos de munições de bôca e fardamento* (Victualling), *dirigir o serviço de saúde*.

Ainda hoje nós encontramos na organização naval inglêsa, departamentos distintos uns dos outros para *construção, contabilidade, administração de arsenais, viveres e saúde*, tendo por chefes, autoridades que fazem parte do Almirantado e cuja posição entre os demais Lords é muito mais saliente do que a das primitivas.

Como o objectivo que nos guia, é fornecer uma ideia concisa mas aproximada, sôbre o espirito do Almirantado, não hesitámos em incorrer no abuso das citações de competências, como Briggs, Hamilton, Robinson, Leyland, Wilmot, Sreved e outros autores consultados.

Declara o primeiro dentre êles: «Por esta disposição dada por Graham, não só todo o trabalho foi trazido às vistas directas do 1.º Lord, como também se lhe ofereceu um meio rápido de travar conhecimento com cada autoridade principal a que por sua vez se dava oportunidade de exprimir a sua opinião sôbre qualquer assunto, sôbre o qual pudesse ter um interesse profissional «departamental», ou mesmo pessoal.

¹ Dos arsenais.

Garantia-se rapidez e uniformidade de solução. Além disso, sendo requerida uma informação sôbre um pormenor, a autoridade directamente envolvida por êle, acháva-se sempre próxima do ministro para levar-lhe directamente as necessárias explicações.

Uma das vantagens mais importantes que resultam da consolidação sob um mesmo tecto, dos vários departamentos do Almirantado, é a facilidade de comunicação pessoal entre as autoridades, a qual evita essa interminável correspondência que deve ser considerada como fútil motivo de tanta delonga¹.

Graham foi um administrador experiente, altamente instruído da conveniência da troca de ideias, precedendo as comunicações escritas.

Conta-se que exercia com especial maestria a direcção do Almirantado, surpreendendo com perguntas os seus auxiliares, para mantê-los atentos à questão que se discutia.

As principais medidas de Sir James Graham, foram a organização administrativa, o aperfeiçoamento da mobilização, pela entrega da direcção dos arsenais aos Almirantes.

Ficou o Almirantado constituído como segue:

1.º Lord (Chefe ou Ministro).

4 Lords Navais (Almirantes).

1 Lord Civil.

Debaixo da jurisdição dêstes, espalháram-se *cinco funcionarios subordinados* detentôres da administração civil.

Às reuniões do Almirantado compareciam, de ordinário, os primeiros, apenas, representando os interesses dos funcionários subsidiários².

Um *Secretário permanente* comparecia às reuniões, notando em cada papel sujeito a despacho, as conclusões e decisões a que chegavam, o que, é sem dúvida, uma excelente disposição.

Um segundo secretário, superintendia nos serviços administrativos da repartição.

(Continúa).

¹ Livro citado, pag. 34.

² Robinson, pag. 127.

SAUDAÇÕES

A Direcção da *Revista Militar*, recebeu de França, do illustre comandante interino do nosso corpo expedicionário, o seguinte telegrama :

Boulogne-sur Mer, 11.

Em nome do corpo expedicionário português agradeço saudações de leal e patriótica camaradagem do número de maio Revista Militar.

General Gomes da Costa.

É com o mais patriótico desvanecimento que damos publicidade a estas linhas, tão singelas quanto eloquentes, porque elas nos provam que a nossa saudação achou o éco que desejavamos, no coração dos briosos oficiais e soldados a quem era dirigida.

Que nas suas fortes e generosas almas se grave bem indelevelmente a consoladora certeza de que nos transe dolorosos que por ventura ainda tenham de passar, não se encontrarão sós, pois os olhos do nosso espírito acompanhamo-nos por toda a parte.

A DIRECÇÃO

Corpo expedicionario portuguez

ROL DE HONRA

Baixas em França

Mortos desde 15 a 21 de Janeiro de 1918, por ferimentos em combate:

Regimento de Infantaria n.º 1:

1.º cabo n.º 604 da 1.ª companhia, Antonio Frias da Fouseca.
Soldado n.º 356 da 2.ª companhia, José Marques.

Regimento de infantaria n.º 4:

Soldado n.º 380 da 10.ª companhia, João Batista Serra.
" " 386 " 11.ª " Joaquim Esteves.
" " 511 " " " Manuel Lopes.
" " 614 " " " Antonio Martins.

Regimento de infantaria n. 10:

Soldado n.º 30 da 2.ª companhia, Antonio Joaquim.

Regimento de Infantaria n.º 15:

2.º cabo n.º 688 da 1.ª companhia, Antonio Mendes Duro.

Por intoxicação de gáses em combate:

Regimento de infantaria n.º 11:

Soldado n.º 394 da 10.ª companhia, Antonio Manuel Ramos.
" " 500 " " " Manuel Antonio.
" " 614 " " " Marcolino Antonio Cipriano.
" " 660 " " " Olipio Pereira da Silva.

Regimento de Infantaria n.º 16:

1.º cabo n.º 925 da 1.ª companhia, Antonio Filipe.

Por desastre em serviço:

Batalhão de Sapadores de Caminhos de Ferro:

1.º cabo n.º 196 da 4.ª companhia, Vasco Rui de Andrade Costa;
Soldado n.º 210 da 4.ª companhia, Felismino de Andrade.

Regimento de Infantaria n.º 18:

Soldado n.º 579 da companhia, Antonio de Azevedo Moreira.

Mortos nas datas abaixo indicadas, por ferimentos em combate:

Regimento de Infantaria n.º 1:

Soldado n.º 596 da 3.ª companhia, José Antonio de Carvalho, em 30 de Janeiro.

Regimento de Infantaria n.º 6 :

2.º sargento n.º 405 da 2.ª companhia, Abilio Augusto Ferreira, em 23 de Janeiro.

Regimento de Infantaria n.º 7 :

Soldado n.º 258 da 4.ª companhia, Antonio Carreira, em 24 de Janeiro.

Regimento de Infantaria n.º 9 :

Soldado n.º 307 da 2.ª companhia, Frederico Lopes, em 23 de Janeiro.
2.º cabo n.º 494 da 3.ª companhia, Cesar da Cruz Ribeiro, em 23 de Janeiro.

Regimento de Infantaria n.º 11 :

Soldado n.º 421 da 12.ª companhia, Manuel Marques, em 20 de Janeiro.
» » 672 » » » Cristovão José, em 20 de Janeiro.
» » 676 » » » Antonio Paulo Barnanbana, em 20 de Janeiro.

Regimento de Infantaria n.º 12 :

Soldado n.º 400 da 10.ª companhia, Antonio Lourenço, em 20 de Janeiro.

Por intoxicação de gases em combate :

Regimento de Infantaria n.º 5 :

Soldado n.º 764 da 3.ª companhia, Valentim Martins, em 6 de Janeiro.

Regimento de Infantaria n.º 11 :

Soldado n.º 764 da 10.ª companhia, Angelo da Conceição Guarda Verdades, em 7 de Janeiro.

Por desastre em serviço :

Regimento de Infantaria n.º 21 :

2.º sargento n.º 398 da 4.ª companhia, João Sebastião, em 20 de Janeiro.

Mortos nas datas abaixo indicadas, por ferimentos em combate :

Regimento de Infantaria n.º 2 :

Corneteiro n.º 181 da 3.ª companhia, Raul Ribeiro, em 27 de Janeiro.

Regimento de Infantaria n.º 7 :

Soldado n.º 689 da 1.ª companhia, Luiz Duarte, em 29 de Janeiro.

Regimento de Infantaria n.º 11 :

Soldado n.º 515 da 12.ª companhia, Antonio Rosado Moleiro, em 28 de Janeiro.

Soldado n.º 626 da 12.ª companhia, Antonio Joaquim Pimenta, em 28 de Janeiro.

Regimento de Infantaria n.º 23 :

Soldado n.º 429 da 2.ª companhia, Antonio de Almeida, em 28 de Janeiro.

Por intoxicação de gases em combate :

Soldado n.º 1.010 da 1.ª companhia, Mario Gomes, em 8 de Janeiro.

(Continúa).

Obras oferecidas

- 1 JOSÉ PAULO FERNANDES, major de artilharia—**Notas que trouxemos de França.**—Separata da *Revista de Artilharia.*—1918.—1 opusc. (0^m,22×0^m,14) com 135 pag. e fig.

É duplamente interessante o trabalho, que temos na nossa frente. Se por um lado representa novo testemunho da alta competência técnica do seu autor, e do zelo que sempre dedica ao exercício das funções de que o encarregam, por outro, constitui testemunho do grau da preparação do nosso exército, no momento em que se deligenciou e obteve a sua intervenção na mais importante e grave das guerras, que a história militar rememora.

Não é este o momento de apreciar o assunto sob este último ponto de vista, não sómente porque a história dessa intervenção apenas está esboçada, sem o conhecimento perfeito de todos os elementos indispensáveis para formular uma opinião justa e fundamentada, mas porque só terminada a guerra, quando se revêlem com toda a clareza as vantagens colhidas para o país, do procedimento seguido e dos inconvenientes redundantes, é que uma tal crítica poderá ser devidamente formulada. Saírá então o assunto do campo restrito das sciências militares para o das altas sciências políticas, que na prática da vida das nações constituem o prólogo daquêlas, e de cuja conveniente direcção depende essencialmente a sorte das armas.

Sob qualquer aspecto, porém, que a questão tenha de ser apreciada, o trabalho anunciado possui incontestável valôr, como é attributo das obras dos pensadores distintos, muito embora pareça ter sido o intento do sr. Paulo Fernandes ministrar apenas esclarecimentos técnicos aos seus camaradas, sob a natureza de serviços incumbidos à missão do C. A. P. I., mandada à França, em 10 de maio de 1917, e da qual êle foi um dos mais notáveis membros.

Recordam-se, por certo, os leitores de haver sido declarado no nosso parlamento, pelo respectivo ministro da guerra, que fôra assinada, já depois de proclamada a guerra, uma convenção militar com a França, onde se prescrevia que o nosso país deveria enviar ao território francês um corpo de artilharia pezada, afim de cooperar com o exército daquêla potência, cujo efectivo não deveria ser inferior ao necessário para guarnecer 15 batarias, e nunca excederia o preciso para o mesmo número dobrado, isto é, 30 batarias.

Não foi oportunamente dado conhecimento das outras cláusulas da

convenção, o que motivou larga margem para a elaboração de fantasias mais ou menos justificadas. Esse silêncio não deveria causar estranheza, visto como procedimento contrário importaria infracção do preceito diplomático, que só com o acôrdo dos pactuantes permite a divulgação de quaisquer tratados ou convenções.

Mas, no desenvolvimento do opúsculo cuja publicação anunciamos, verifica-se que, entre as cláusulas da convenção, figuram as duas seguintes, uma relativa ao armamento, outra ao aprovisionamento. Diz a primeira:—«Todo o material distribuído às baterias portuguesas será, desde a sua distribuição, considerado como propriedade do Governo Português. No fim da guerra, as baterias regressarão a Portugal com todo o armamento e equipamento e todo o outro material, que lhes fôr distribuído. No que diz especialmente respeito ao material de artilharia, a natureza deste material será objecto, no fim das hostilidades, de um acôrdo entre o Governo francês e o Governo português».

Posto que a letra de tal cláusula pareça poder prestar-se a interpretação diversa, o sr. major Paulo Fernandes, entende que ella é clara e elucidativa, significando que as baterias regressarão à Pátria, não com o material de artilharia, que lhes foi distribuído, mas sim com aquêle que melhor convier. Só temos a fazer os melhores votos para que assim venha a succeder. Em todo o caso, será bom prevêr, desde já, que havendo divergências de critérios, no momento da liquidação do assunto este se resolverá, não de conformidade com as conveniências de qualquer dos litigantes, mas nos termos precisos do pacto elaborado, segundo as regras do direito. E a hipótese não pode deixar de ser para nós importante, desde que o próprio autor reconhece—«que o material da A. L. G. P., não tem as condições precisas a dever ser reclamado depois da guerra, para armamento das nossas baterias peizadas de posição—».

A segunda das cláusulas da convenção, referente a abastecimentos, determinava que estes se fizessem ao modo regulamentar francês, por quanto seria a sua administração, quem nos deveria fornecer tudo aquilo que precisássemos, menos homens e uniformes.

Oportuno se torna dizer, que a administração e contabilidade francesas são autonomas para as baterias de artilharia.

Entrando propriamente na história da organização do C. A. P. I., as *Notas*, que apreciamos, oferecem as informações, que passamos a expôr.

Desde 6 de janeiro a dezembro de 1917, a missão occupou um campo provisório de instrução, nas proximidades de Bailleul-sur-Thérain, ficando sujeita a determinado horário de instrução, que as exigências do serviço subsequêntemente fizéram modificar.

O programa adoptado visava: à instrução teórica e prática dos officiais, à dos sargentos e à cumulativa dos officiais e sargentos. A instrução teórica dos officiais, ministrada em conferências, geralmente apresentadas pelo comandante do grupo francês, versou sobre os pontos, que o opúsculo descreve e não poderíamos transcrever, sem alongar demasiadamente esta notícia.

Pelo comando do Corpo, e logo nos primeiros dias dos trabalhos, foram nomeadas duas comissões de officiais para, a par e passo com a

instrução recebida, formulárem as directivas para dois regulamentos portugueses, um de manobra e outro de tiro, que pudessem servir de guia aos oficiais e praças dos contingentes, que deveriam ser enviados de Portugal, para constituírem as unidades do corpo português.

Para facilitar o trabalho, foram postas à disposição dessas comissões, não só os regulamentos franceses, mas igualmente as notas, apontamentos, etc., aproveitáveis, dentre as que existiam no arquivo ou eram propriedade particular da unidade francesa, estacionada em Bailleul.

O modo como a instrução foi ministrada aos três grupos precedentemente referidos, está devidamente desenvolvido no opúsculo, bem como os resultados colhidos. Em meados de julho, o balanço da instrução acusava não só uma proporção muito adiantada, quasi completa, dos oficiais e sargentos, no serviço e emprego do material de 32^{cm}, mas ainda o adiantamento considerável no trabalho da preparação dos regulamentos aludidos, que ficou terminado muito a tempo de ser aproveitado.

Durante o periodo da instrução, recebeu a missão, por várias vezes, a visita dos generais franceses, comandantes da R. G. A. L. e da 1.^a Divisão de Artilharia Pezada.

Saíra a missão de Portugal esperçada em que, o mais tardar, dois meses depois partiriam para França os primeiros contingentes de tropas. As notícias oficiais e particulares, porém, do começo de agosto, faziam prevér que, antes do meio de setembro, não partiriam efectivos com destino às unidades do corpo português, que deveria cooperar com o corpo francês. Por mais de uma vez o comando do corpo insistiu para Lisboa na necessidade de lhe serem enviados, *pelo menos*, mais quadros e homens, capazes de se irem habilitando e especializando em *apontadores*, mas Lisboa na lá respondia e, em vista da demora e da falta de notícias oficiais, a instrução da missão e os trabalhos das comissões de oficiais continuávam, segundo os antigos moldes, com o objectivo de se aperfeçoarem e completarem. Este modo de dizer do autor, representa um delicado eufemismo para significar que a demora acuzada representava, quando menos, tempo e dinheiro inutilmente consumidos.

Não obstante, na favorável expectativa de que os annunciados reforços chegariam breve, foi estudada a conveniência de adotar um acampamento em barracas de madeira do campo de Bailleul, que servira pouco tempo antes de depósito de prisioneiros de guerra, para alojamento dos contingentes esperados. Mediante algumas reparações, foi aceito esse acampamento. Em princípios de setembro, apresentáram-se efectivamente 3 subalternos milicianos, como primeiro reforço, e, poucos dias depois, mais 10, informando aquêles e êstes nada se saber ainda em Lisboa da próxima partida de quaisquer forças, o que motivou a reorganização dos serviços de instrução, com um programa muito especial para os recém-chegados, que o autor explana devidamente.

Só em 5 de outubro chegou a primeira comunicação official da partida provável de tropas de Lisboa, que seria constituída por um efectivo de 40 officiaes, 100 sargentos e 700 cabos e soldados, destinados ao corpo. Horas depois, novo telegra na rectificava êstes números, dizendo que a expedição se comporia de 40 officiaes, 90 sargentos e 850 praças. Êstes

números indicavam claramente, que se não tratava do solicitado e esperado contingente de sargentos e apontadores, mas sim do pessoal destinado ao efectivo de algumas baterias num total, que se aproximava bastante da metade prevista para a organização completa das 10 baterias, que deviam constituir o corpo, as quais ficavam ainda longe do minimo prescrito na convenção, referida pelo ministro da guerra.

No dia 13 de outubro, dada a proximidade da data para a chegada daquêlê contingente anunciado, foram encerrados todos os trabalhos de instrução da missão, ficando daí em diante toda a preparação de quadros e de unidades, em vista da guerra, sob a exclusiva competência dos comandantes das baterias, sob a fiscalização e direcção superior dos comandantes de grupos.

Em 17 de outubro, chegou efectivamente às proximidades de Bailleul o anunciado contingente, mas, em fôrça diferente de qualquer das anunciadas. Compunha-se apenas de 20 officiaes, 44 sargentos e 714 praças.

Em 4 de novembro ficava publicada a ordem de organização do Corpo de Artilharia Pezada Português, assumindo, em 5, os comandantes dos grupos e baterias os comandos das respectivas unidades. O corpo ficava constituído com as 1.^a, 2.^a, 3.^a, 4.^a, 7.^a, 8.^a e 9.^a baterias e mais a de depósito, tal como havia sido especificado em notas procedentes de Lisboa.

Pelos motivos lialmente expostos pelo autor, desde o principio foi reconhecida a falta do material adequado para a conveniente instrução dos recémchegados, do qual, aliás, o govêrno francês lhe não era licito dispôr pelas eventualidades da guerra, e do facto derivou que a instrução não poude tomar, desde logo, o devido incremento.

Em 24 de novembro, foi o corpo português vizitado pelos srs Presidente do ministério e ministro dos estrangeiros, nossos compatriotas, que então se achavam em França em missão especial, afiançando o primeiro que, antes do fim do ano, chegariam os contingentes, que faltavam, para elevar ao efectivo completo o corpo de artilharia pezada português independente.

Em 11 de dezembro, porém, publicava a ordem do dito corpo o aviso de que o seu comandante marchava a apresentar-se no Ministério da Guerra, afim de conferenciar com o respectivo titular, acompanhado do estado maior do comando, acrescentando o autor do opúsculo ser o principal objectivo de tal viagem preparar ao corpo uma nova fâse, cujos termos não refere.

E aqui terminam as informações que, sôbre a organização do corpo de artilharia pezada português, oferece o opúsculo anunciado, das quais ninguém poderá contar a importância para o estudo da questão a que fizemos referência no começo desta noticia. Se não são tão completas quanto seria para desejar, o facto deve ser attribuido às exigências derivadas das vicissitudes da guerra, que não permitem ainda dizer, quanto se torna mister para completo esclarecimento do assunto. O reconhecido espirito patriótico do autor calou quanto julgou inoportuno, tanto mais quanto sabia que a censura lhe não permitiria divulgar se não o que ella reputasse inofensivo.

Na seqüência do seu interessante trabalho, o sr. Paulo Fernandes descreve ainda com a alta competência, que todos lhe reconhecem, o material de artilharia pezada francês, o seu modo de funcionamento e outras questões técnicas, que os estudiosos saberão apreciar devidamente, tanto mais que o autor usa sempre de uma linguagem precisa e clara, que dá aos seus trabalhos o maior interesse, ainda para aquêles que, como nós, são estranhos às especialidades do serviço da arma.

Assim, as *Notas que trouxemos de França*, hão de constituir, a seu tempo, elementos de essencial importância para a história da nossa intervenção na guerra, tanto mais que versam os vários assuntos sem falsos preconceitos, apreciando-os sempre com fino critério e sob um ponto de vista restritamente doutrinário ou técnico, alheiado inteiramente de paixões políticas, que tão prejudiciais têm sido sempre à prosperidade da nossa Pátria.

- 2 Ministério da Guerra—Arsenal do Exército. Repartição técnica.—**Manual do Material de Guerra regulamentar e do material dos serviços auxiliares, contendo a nomenclatura oficial.**—Vol. II. Material para armamento de fortificações—1 vol. de 208 pag.—Vol. III. Material para serviço em tempo de paz—1 vol. de 203 pag. (ambos de 0^m,23 × 0^m,14). Lisboa, 1917.

Em tempo oportuno, noticiámos a publicação do 1.^o volume desta obra, que constitui um auxiliar precioso para assegurar a regularidade da escrituração administrativa dos corpos de tropas e estabelecimentos militares, o que se conseguirá quando a Providencia aprouver, porquanto a occorrença repetida de factos extraordinários, a disposição de espirito dos homens e outras circunstâncias ainda por largo tempo impedirão que tão justa aspiração possa ser assegurada. Mas, pelo menos, a conclusão dos *Manuais*, que anunciamos, quebra um dos pretextos que se aduzia para estabelecer a ordem no ramo administrativo a que elles servem de norma. A sua publicação representa, portanto, um importante serviço ao exército, prestado pela Repartição Técnica do Arsenal, pelo que muito sinceramente felicitamos os camaradas que pelo seu esforço e competencia levaram a cabo tão profiçuo trabalho.

- 3 República Portuguesa.—**Boletim Oficial do Ministério de Instrução Pública.**—Ano II.—N.^{os} 17 a 19.—Lisboa, 1918.

Continúa a ser publicado com a possível regularidade este interessante *Boletim*, ao qual já nesta secção, por mais de uma vez, nos temos referido com justo louvôr. O volume agora distribuido, que comprehende três números seguidos, contém na sua «Secção Pedagógica» os seguintes artigos:

Algumas deficiencias da organização das faculdades de Ciências, pelo sr. Rodolfo Guimarães;

Ensino técnico, pelo sr. Bento Carqueja;

Sobre a pigmentação da iris nalguns escolares portugueses, pelo sr. A. Aurelio da Costa Ferreira.

Camões e a estética dos Lusíadas, pelo sr. José de Araujo Correia. Relatório da Inspeção Pedagógica ao Liceu de Maria Pia (Rectificações), pelo sr. P. José da Cunha.

Escolas Primárias oficiais existentes em 31 de Dezembro de 1915 (estatísticas).

Serviços artisticos e arquiológicos (estatísticas).

O *Boletim* mencionado fecha com a «Secção Oficial», na qual se compreende a reprodução da legislação sobre assuntos de instrução, o que constitui valioso repositório para a todo o momento poder ser consultado pelos especialistas, que não terão assim de dispendir tempo e canceiras na busca dos elementos de informação, que necessitem para o conveniente desempenho dos seus deveres.

Desejamos larga vida a tão prestante publicação.

4 NASCIMENTO VEIGA. — **Equilíbrio político.** — Opusculo de 36 pag. (0^m,22 × 0^m,14). — Lisboa, 1918.

O presente opusculo é constituído por uma série de considerações, derivadas do estado presente dos espiritos e dos factos ocorridos no nosso país, cujo alcance se mede devidamente ao apreciar o seguinte trecho de Mirabeau, que lhe serve de lema:— «As boas leis resultam da experiencia de todos os dias, e dos raciocinios que nos veem da observação dos factos».

O autor considera ter sido inadiavel, imprescindivel e fatal o acto revolucionario de 1910, que implantou o regimen republicano no país, mas reputa desnecessaria qualquer outra revolução, quando ao povo sejam outorgados os direitos naturais, imprescindiveis e sagrados, de eleger e de desstituir, que devem ser reputados como as duas alavancas co jugadas do nosso levantamento civico e da nossa reorganização social.

Nesta ordem de ideias, o opusculo procura derramar a convicção de que só pelo respeito ao cidadão e à propriedade se conseguirá o resurgimento nacional, porquanto êste dependerá essencialmente do facto da vida politica correr serena e normalizada.

Não nos é possivel seguir o autor na seqüência do seu trabalho, tanto mais que a apreciação dos assuntos politicos é vedada ao nosso jornal pelas condições do seu programa, ainda quando elas são desenvolvidas no campo rigoroso dos principios e sem alusões pessoais, como succede no trabalho, que temos na nossa frente. Mas o que não devemos deixar de dizer é que as ideias de tolerancia defendidas pelo sr. Nascimento Veiga, e as generosas aspirações em pró da harmonia social merecem o aplauso dos patriotas sinceros.

M. S.

CRÓNICA MILITAR

Alemanha

Estatística sanitária.—Uma estatística do estado sanitário do exército alemão, durante o segundo ano de guerra, acusa um decréscimo de baixas por moléstias infécciosas ou epidémicas, graças ao triunfo da vacina e ao combate às moscas e mosquitos.

O número de variolosos nesse período de tempo foi relativamente nulo, isto é, de 1 para 100.000 homens sôbre o primeiro ano, $\frac{1}{4}$ contra $\frac{5}{6}$ de tifo; $\frac{1}{8}$ contra $\frac{1}{4}$ de desinteria; 0,24 sôbre 0,32 de cólera, $\frac{1}{7}$ contra $\frac{2}{9}$ de tuberculose; 21,5 contra 24,3 de moléstias nervosas.

Dos feridos, excluindo os que faleceram, 70 por 100 regressaram à frente, ficando 6,4 % inutilizados, o resto 23,6 %, seguiu para o serviço das guarnições nas melhores condições de saúde. Dos que transitaram pelos lazaretos, 9 % volveram ao exército, falecendo apenas 1 %, o restante ficou inutilizado para o serviço. Os que perderam a vista, desde o início da guerra atingem a 1.250 vitimas.

Pontes militares.—Nas operações ofensivas realizadas pelo exército na presente guerra, houve necessidade de se empregar freqüentemente as pontes militares, em seu avanço através da Sérvia, por ser este país muito montanhoso e cortado de muitos rios, alguns dos quais extremamente caudalosos. Para facilitar as manobras conducentes à instalação das referidas pontes adoptou-se um modelo especial. Esse modelo é todo de aço e consta de quatro peças diferentes, que se unem entre si com grande rapidez, permitindo formar lanços de comprimento apropriado ao espaço que se deseja vencer.

Estas peças são constituídas de vigas diagonais de 2^m,75 de comprimento, de outras de 1^m,50 para unir os pontos superiores e inferiores dos lorangos por aqueles formados; peças transversais, que se apoiam nos angulos inferiores e vigas de acção em duplo T, que se dispõem sôbre as peças transversais.

Em cima das vigas colocam-se traversões ordinários do carril de ferro, e estes, por sua vez suportam a via-ferrea. Além das peças citadas ha cavilhas, arandelas, aneis, porcas, etc., para unir convenientemente as referidas peças, e os trados e verrumões para abertura dos orificios necessários a esse trabalho.

Para estender a ponte, lança-se em primeiro logar uma ponte de madeira para servir de apoio aos soldados construtores e quando a ponte verdadeira está instalada retira-se a primeira.

Espanha

Novas operações de ecónomia perante a guerra actual. — Nas conferências de cultura científica realizadas no Ateneu de Tortosa, sobressaíu, pela escolha do assunto, de palpitante actualidade, e pela notoriedade do conferente, o senador Luiz Sedó, uma das maiores mentalidades espanholas e reputado economista.

Tomando por tésse, *Navas orientações de ecónomia perante a guerra actual*, o ilustre orador prendeu por espaço de uma hora a atenção do selecto auditório, composto na sua maioria de advogados, políticos, negociantes e industriais, sendo calorosamente aplaudido ao terminar a sua oração.

«A grande guerra, disse o senador Sedó, transformou os princípios clássicos da sciência económica produzindo factos e fenómenos surpreendentes que convém ser convenientemente estudados para deles se deduzirem os ensinamentos correspondentes».

Sublinhou o *factor económico* como uma das causas primordiais que determinaram a guerra actual, considerando-a mais uma luta de recursos económicos, que um duelo de armas, propriamente dito, visto que cada nação em conflito, nela armazenou toda a sua potencialidade: daí o estabelecimento de uma nova forma de *ecónomia integral*, caracterizada pelo emprego de cada país em se utilizar, no máximo gráo, dos seus próprios recursos, buscando na produção agrícola e indústrial o quanto basta às suas necessidades sem recorrer ao concurso exterior.

«A Espanha, continua o conferente, encontra-se favoravelmente disposta para nova modalidade da *ecónomia integral*, graças ao seu regimen protecionista. Produz actualmente tudo quanto precisa, e a importação industrial e agrícola é de 10 a 5 %, o que explica suficientemente não haver entre nós a *carestia da vida*, flagelo que tem atormentado as demais nações neutras».

Terminou exhortando a organização de *sindicatos* que estabeleçam relações com o Estado de modo a aproveitar-se não só das condições de crédito e das facilidades de transporte como das demais vantagens derivadas das leis protecionistas à indústria, colocando nas melhores condições os produtos espanhoes nos mercados estrangeiros e intervindo na confeção de novos tratados comerciais e na revisão tarifaria, propondo-se assim a usufruir do próximo e transcendental movimento da paz. (De *Iberica*, julho de 1917).

França

Os gases asfixiantes e os vegetais. — Os gases delecterios que se veem utilizando na guerra actual, são fatais não só aos homens, como actuam, pela sua acção corrossiva e destruidora, sôbre os vegetais.

Em França, na região da Champagne certas variedades de pinheiros teem sofrido a acção destes gases, ficando completamente sêcos uns, crestados, queimados, outros. Em compensação, os zimbos afrontam impavidos toda e qualquer espécie de gases.

Em Baillenl, situado a uns 8 quilómetros da linha de fogo, as plantações do sr. Cordonnier experimentaram serias prejuizo devidos aos gases asfixiantes; as plantas nelas contidas, principalmente as parreiras, apresentavam

as fôlhas embranquecidas, cobertas de manchas, que se enagreciam e caíam mortas. Segundo Viola, o clóro produz efeitos análogos.

Nas estufas, cuja atmosfera é muito sêca, os prejuízos foram de pequena monta.

Observou-se que os campos cultivados e semeados de cereais sofreram muito a acção nefasta dos gazes, sendo o centeio mais sensível. O estado do desenvolvimento da planta assim como a maior ou menor higrometricidade do ar exercem uma grande influência no character desses fenómenos.

A obra da Cruz Vermelha.—Uma das cruzadas que mais perdurará no seio dos povos é a esplendida e ultra humanitária obra da Cruz Vermelha, cujos serviços na presente guerra são indescritíveis.

Em França, ha 1.000 ambulancias automoveis e 3 comboios hospitalis em constante circulação. Esses 3 comboios custaram um milhão de francos.

O comboio n.º 2 tem percorrido mais de 60.000 quilómetros e transportado em dois anos para mais de 50.000 doentes, em cujo tratamento se occupam 6.500 médicos, enfermeiros e padioleiros, etc., e se dispenderam já cerca de 8 milhões de pesetas (7.648.000\$) em gazes, ataduras, algodão e mais artigos para curativos.

A Cruz Vermelha francesa auxilia 20 hospitalis em França, em Malta e no Egipto e 8 casas de convalescentes para soldados feridos.

A secção de depósitos e armazens é uma maravilha em matéria de organização. Basta um simples pedido formulado por um soldado ferido para que êle receba tudo quanto necessite ao seu tratamento e confôrto.

Esta instituição alastra-se por toda a parte.

Na Inglaterra o trabalho é demasiado grande. Além de outros serviços inestimaveis em New-Forest ha um hospital com 500 camas, exclusivamente destinados aos soldados indios, onde são recebidos e tratados como se estivessem no seu próprio país; médicos, enfermeiros e mais empregados são indios ou homens que conhecem perfeitamente a lingua, e os costumes orientais. Para os soldados mahometanos ha cosinha à parte, atendendo às severas prescrições de seu rito.

Tanto em França como na Inglaterra os hospitalis e enfermarias são providos de gramofones, em cujos discos se imprimem canções leôas dos países longíquos, de modo a distrair-os e a suavizar-os da nostalgia da pátria distante. (Do *El Mundo Militar*, Agosto de 1917).

Inglaterra

Uma explosão de uma fábrica de munições em Londres.—Ha pouco tempo ocorreu em um dos arredores de Londres uma terrivel explosão em uma fábrica de munições, que determinou um número consideravel de vitimas e produziu enormes prejuízos materiais.

Entre as observações e estudos provocados por esta catástrofe, é interessante registrar o modo pelo qual os diversos materiais empregados na construção dos edificios se comportarem ante os efeitos da explosão.

Segundo *The Times Engineering Supplement*, a fábrica onde houve o sinistro, occupava uma superficie de 274 por 96 metros e ficou em completa ruína.

Massas de materiais incandescentes, fragmentos de aço e ferro, chapas de fornos e caldeiras foram arrojadas a grandes distâncias em várias direcções; aos seus efeitos destruidores vieram agrupar-se os da intensa comoção das camadas de ar, e os incêndios que se produziram em diferentes pontos, ocasionados por aqueles materiais incandescentes e outros por curtos circuitos e explosão a gaz.

Em localidades mais ou menos próximas ao local do sinistro ficaram destruidos ou muito deteriorados diversos estabelecimentos industriais e até ruas inteiras, todas construídas de edificios mais ou menos sólidos; tétos, paredes, janelas situadas a grandes distâncias sofreram os efeitos da terrível explosão. Como succede em catástrofes semelhantes, os edificios mais próximas ao lugar onde a explosão se manifestou, sofreram pequenos prejuizos, ao passo que outros situados mais longe do fóco ficaram completamente derrocados.

As oscilações do sólo, semelhante às produzidas por um terremoto, contribuíram para aumentar os efeitos ocasionados pela comoção das camadas do ar, especialmente nos edificios construídos com material de pouca coesão, e cuja estabilidade se confiava a resistência das suas argamassas.

Edificios de madeira ou aço, isolados pelos lados e pelos extremos, sofreram menos a comoção do ar que os colados aos muros, cuja construção parecia oferecer grande resistência.

De uma igreja, construída de ferro ondulado e situada mui distante do lugar de explosão, as paredes e os tétos caíram como um castelo de cartas de jogar.

Em geral, os edificios de tijolo resistiram muito mal aos efeitos da explosão.

Duas grandes fábricas próximas, construídas desse material, desabaram, ruíram por terra, não obstante o tijolo e a argamassa serem de boa qualidade; o mesmo succedeu a outro edificio de construção análoga, sendo preciso proceder-se à reconstrução radical de muitas casas, em ruas diferentes. Até uma distância de quasi meio quilómetro do lugar do sinistro, muitas construções ligeiras de tijolo ficaram comprometidas. As construções sólidas quasi nada sofreram.

O melhor exemplo de resistência ofereceram de os edificios de formigão armado.

Os de armação de tipo metálico, situados muito perto do sitio da explosão, resistiram sem experimentar o menor dano; os de tétos de formigão e paredes de tijolo sofreram grandes abalos quando essas paredes ruíram.

Quanto aos edificios produzidos pelos incêndios constataram mais uma vez os factos que ocorreram sempre em tais ocasiões. Os edificios construídos de madeira ficaram completamente destruídos, como era de prevêr.

Os de tijolo, com vigas de madeira em tétos e pisos, foram danificados quasi por inteiro; e os de tijolo com vigas de aço, além da destruição tiveram as vigas retorcidas, recurvadas pela elevação da temperatura.

Os edificios de cimento armado resistiram ao fogo de modo satisfatório, mesmo naqueles em que o incêndio era animado pela presença de matérias altamente inflamaveis neles concentradas.

Enfermeiras.—No exército inglês as enfermeiras são classificadas por categorias e postos militares, a que correspondem um soldo. As «enfermeiras chefes», assim chamadas pelos britânicos, percebem um soldo anual que varia de 7.625 a 8.750 francos, conforme a importância do hospital ou acompanhamento a que prestam serviços; as enfermeiras de primeira classe recebem um soldo anual de 4.375 a 5.125 francos; as de «numero» fazem jus a um soldo, igualmente anual, de 4.000 francos; estas são as classes mais elevadas. Daí em diante as enfermeiras são conhecidas pela denominação genérica de *irmãs* e arbitra-se-lhes um soldo variavel entre 1.425 a 1.250 francos, de acordo com as aptidões reveladas. As de categoria mais inferior, é arbitrado um soldo anual de 1.000 a 1.500 francos, recebendo mais uma gratificação de 975 para atimentação, quando servem em hospitais do país, a qual se eleva ao dobro e, às vezes, ao triplo, quando destacam para o continente. Essa gratificação applica-se a todas as enfermeiras da classe. Tem ainda direito a um abono para uniformes, orçado em 200 francos anuais.

Quando as autoridades militares não dispõem de alojamento para abrigal-as convenientemente, recebem uma gratificação adicional de 1.275 francos para casa, luz e combustível.

Quando um grupo de enfermeiras serve às ordens de uma certa e determinada administração hospitalar, vence um extraordinário, calculado entre 370 e 750 francos.

Como se vê as enfermeiras inglesas são excessivamente remuneradas.

DIVERSOS

Extracção dos corpos metálicos alojados nos tecidos.—A *Revista espanhola de electrologia e radiologia medicas*, em um dos seus últimos números, publicou várias observações práticas colhidas pelo Dr. Luiz Cirera Salsa, referindo-se a última a um invento já conhecido, cuja utilidade, na presente guerra, pode rivalisar como applicação da balança de Hugues na extracção de projecteis alojados profundamente nos tecidos.

Trata-se nada mais, nada menos que de um processo ideado há anos pelo Dr. Luiz Cirera para facilitar a extracção dos corpos metálicos fortemente acamados nos tecidos mediante a *electrolisis negativa*.

Se num osso fresco enterrarmos profundamente dois prégos ou cravos, e se em seguida fizermos passar por um dêles uma corrente galvânica negativa de alguns mil ampères de intensidade, o prégo que sofreu a influencia da corrente será facilmente retirado sem o menor esforço, ao passo que o outro, para ser extra do, precisará o emprêgo de fortes pinças.

O principio teórico em que assenta é por demais conhecido; na superficie de contacto do corpo metálico com o osso, ao passar a corrente negativa, produz-se a *electrolisis* com a formação de corpos toxicos e desprendimento de hydrogeno; o osso em torno do corpo metálico fica amolecido, e êste pode ser facilmente retirado.

Por êste processo o Dr. Cicero extraia uma agulha encravada num dos dedos de um determinado individuo, no qual se alojara há anos e ficára consideravelmente aderida aos tecidos por oxidação. Não sendo possível retirá-la com pinças e tenazes porque os tecidos se rompiam pela sua pouca

coesão, bastou uma corrente negativa de 5000 ampères durante 3 minutos, conduzida por uma pinça que apenas agarrou a ponta da agulha, para que esta facilmente se destacasse, se desprendesse.

Por êste processo se poderá extrair os projecteis encravados nos ossos sem ser preciso recorrer ao escopro e martelo.

(Da *Iberica*, n.º de julho de 1907).

II

PARTE MARITIMA

Chili

Tem-se preocupado o Chile do desenvolvimento da sua construção naval, e nesse sentido foi aprovada recentemente no Senado, passando à Camara baixa, uma lei de protecção àquela indústria.

Em virtude das disposições dessa lei os navios construídos no Chile com tonelagem bruta superior a 100 toneladas, receberão do Estado um prémio variável com a natureza da construção e com a sua importancia. Além disso, todas as fábricas que se empregam na construção de máquinas principais de propulsão marítima e máquinas auxiliares receberão um prémio de 5 dollars por cavalo construído.

Estados-Unidos

Para de certo modo diminuir a escassez da tonelagem para o intercambio de mercadorias, o *Shipping Board* americano ordenou a transferencia para o Atlantico, de um certo número de navios até agora destinados à navegação nos grandes lagos.

Algumas dificuldades teve a execução desta ideia, por alguns desses navios terem boca superior à maior largura dos canais que tinham de atravessar para chegar ao mar.

Além das dificuldades devidas à largura, também as encontraram por causa do comprimento, mas neste caso a solução foi simples, pois cortaram-se os navios ao meio e transportaram-se as duas partes.

O corte foi feito em doca seca e em correspondencia da secção mestra, fechando-se com anteparas estanques e robustas, de maneira a permitir a viagem a reboque até ao porto do Atlantico onde foi feita a ligação.

A adaptação destes navios à navegação oceanica exige um complexo de trabalhos de muita importancia, que só tem a justifical-a o contínuo aumento do frete marítimo.

Inglaterra

Novo tipo de navios.— Aproveitando os ensinamentos da guerra, os engenheiros ingleses estudaram um novo tipo de navios de combate, alguns dos quais estão já ao serviço e outros em construção. Um critico naval francês visitou alguns desses navios e publicou algumas indicações. São navios muito compridos, com um castelo central, flanqueado por barbetes com duas peças

de maior calibre, pesando 96 toneladas e lançando um projectil de perto de 900 quilos. Teem disposição para reduzir quanto possível o efeito da explosão dos torpedos.

O critico francês teve a impressão de que navios como o *Quem Elizabeth* tinham dimensões *muito modestas*, comparado com os novos colossos.

Considera-se este novo tipo como o desenvolvimento natural dos chamados *cruzadores de batalha* e chega-se à conclusão que os técnicos ingleses ainda julgam as grandes unidades a melhor garantia do dominio dos mares e parece que assim se pensa tambem nos Estados-Unidos e na própria Alemanha (tendo-se em vista o recente lançamento do *Greaf von Spee*).

DIVERSOS

Utilização dos navios holandeses.— Para acudir à crise da tonelagem, resolveram os govêrnos de Inglaterra e Estados-Unidos lançar mão dos navios holandeses que se encontravam nos seus portos, tendo usado das maiores atenções para com o govêrno respectivo e salvaguardando todos os interesses dos armadores. Este procedimento, que está longe de ser novo na história, baseando-se no chamado *direito de angaria*, lavantou comtudo protestos na Holanda, onde foi considerado como uma violencia, tanto mais que o govêrno holandês, tinha acabado por aceder em parte às instancias dos aliados, oferecendo o aluguel de parte da sua frota mercante.

A tonelagem dos navios holandeses nos portos americanos monta a 640.000 toneladas, sendo apenas de 30.000 a que diz respeito aos portos do Reino Unido.

Corsario alemão.— Depois de um cruzeiro de 15 meses, no Atlantico, Indico e Pacifico, regressou à Alemanha o cruzador auxiliar *Wolf*, tendo destruido, segundo a informação alemã, mais de 35 navios de comércio inimigos, com um total de 210.000 toneladas, alguns dos quais armados.

O facto estranho de não ter sido encontrado por navios de guerra durante o seu longo cruzeiro parece explicar-se pelo conhecimento que lhe dava a T. S. F. da posição e intenções destes navios.

É ao *Wolf* que se deve o aparecimento de minas no Indico.

BIBLIOGRAFIA

I—LIVROS

França

- 1 CAZIN (M.) docteur ès sciences, chirurgien-chef de l'hôpital annexé du Val de Grâce N.º 3 (École Polytechnique). *La Cure Solaira des blessures de guerre*. (Méthode Rollier). In-16, 91 p. A. Maloine et fils, éditeurs, 27, rue de l'École de Médecine. 1917. Paris.
- 2 DOLIÉ (A.). *La Cote 304 et Souvenirs d'un officier de zouaves. Guerre 1917-1917*. In-16, xiii-207 p. Berger-Levrault, 1917. Paris.
- 3 MASSON (P. M.). *Letres de guerre. Août 1914 avril 1916* Préface de Victor Giraud Notice biographique par Jaques Zeiller. In 16, xxiii-264 p. libr. Hachette et C^{te}, 79, boulevard Saint-Germain, 1917. Paris.
(Memoires et recits de guerre).
- 4 *Catalogue du fonds de la guerre* Contribution à une bibliographie de la guerre de 1914. Fascicule 1^{er} Juillet 1917. In-8, p. 121 à 160. Editions et Libr., 40, rue de Seine. Paris, 1917. Fr 5
(Bibliothèque de la ville de Lyon. Collection de travaux de bibliographie publiée sous la direction de M. Cantinelli, conservateur).
- 5 *Cours spéciaux pour les officiers atteints de blessures comportant la mise en réforme et qui se préparent à des carrières industrielles ou commerciales*. In 16, 21 p. Secrétariat de l'École libre des sciences politiques, 27, rue Saint-Guillaume. 1917, Paris.
(École libre des sciences politiques)
- 6 DAVIGNON (H.). *Le Soldat belge peint par lui-même*. Lettres et Impressions du front. In-12, 44 p. G. Van Oest et C^{te}; Bruxelles et Paris, 1917. 60^e Les Cahiers belges N.º 5.
- 7 FOURTY (chef d'escadron). *Quelques notes sur l'instruction des batteries attelées*. Complément au titre vi du règlement du 8 septembre 1910; In-12, 27 p. avec 18 fig. impr. Berger-Levrault. Paris.
- 8 *Hautes Payes de guerre Indemnités de combat*. Primes d'alimentation. Pécules. 1917 (30 août). L. Fournier, 264, boulevard Saint-Germain. Paris.
- 9 MAILION (A.). *Guerre européenne de 1914-1915-1916-1917. Histoire officielle et illustrée des crimes allemands en France et en Belgique* Le Procès et l'Assassinat de Miss Cavell. 30 photogravures dans le texte. In-12, xvii 808 p. avec figures et cartes. In-8 à 2 col., 80 p. M. André Marion, 1. rue Paul Thenard. Dijon (Côte d'Or, Edition populaire de luxe Fr 2,25
- 10 PARISSET (G.). *Le Lieutenant Napoléon Bonaparte, étudiant à Strasbourg*. 1917. In 8, 17 p. impr. Daupeley-Gouverneur. Paris.
- 11 ERLANDE (A.). *En campagne avec la légion étrangère*. (3^e mille) 1917. In 16, 298 p. libr. Payot et C^{te}, 106, boulevard Saint Germain. Paris Fr. 3,50
- 12 JEAN BERNARD. *Histoire générale et anecdotique de la guerre de 1914*. Fascicule 17 Sous la pluie. Populations martyres. Parangons et Kultur. Le Calvaire d'une Lorraine La Devise d'un fort français Prouesse d'artilleur. Reims bombardé. Neutralité pontificale. A l'arrière. Les Tranchées Illustrations. In 8, à 2 col., p. 385 à 423. Impr. et libr. Berger-Levrault. Paris Cent. 75

- 13 *Leurs buts de guerre*. Choix de documents sur la paix allemande réunis et publiés par G. Pariset, professeur à l'Université de Nancy 1917. In 12, 116 p. Berger Levrault. Paris Fr. 1,50
(Pagés d'histoire 1914-1917. 6^e série, c. N.° 137).
- 14 NOTHOMB (P.). *La Bataille de l'Yser, 16-30 octobre 1914*. 28 planches hors texte. In-4 à 2 col., 16 p. Librairie Schwarzet Cie, 1917 (14 septembre). Paris.
- 15 FAVRE (M.), interne des hôpitaux de Lyon *Quelques cas d'intoxications par le gaz d'explosion dans la guerre de mines* Guerre de 1914-1917. Thèse pour obtenir le grade de docteur en médecine 1917. In 8, 52 p. impr. éliteur. A. Rey, 4, rue Gentil Lyon.
(Faculté de médecine et de pharmacie de Lyon, Armée scolaire 1916-1917 N.° 411.)
- 16 *Larousse médical illustré de guerre*. Supplément au «Larousse médical illustré» Blessures et maladies de guerre Rééducation des mutilés. Publié sous la direction du docteur Gallier Boissière Deux fascicules in-8 à 2 col. N.° 6, p. 81 à 96; N.° 7., p. 97 à 112. impr. et libr. Larousse. Paris Cent 75
- 17 *Recrutement de l'armée*. Aptitude physique au service militaire. Volume mis à jour au 25 juillet 1917. In 8, 72 p. Henry Charles-Lavauzelle. Paris. 1917 Cent 75
(N.° 682).

Inglaterra

- 1 ANDREWS (Lt. Col. Lincoln C.). *Leadership and Military Training*. 18 n.° Lippincot net 4/6
- 2 BERTRAND (Georges), and Solbert (Oscar N.). *Tactics and Duties for Trench Fighting* Cr 8vo. Putnam net 7/6
- 3 BIGGERS (Earl terr) and Ritchie (R. W.) *Inside the Lines*. New edition. Cr 8vo, pp. 180 Hodler & S. net 3/6
- 4 BOLWELL (F. A.). *With a Reservist in France*. Cr. 8vo, pp. 156 *Knoutteige* net 1/3
- 5 *Clausewitz (War According To)*. Edited. with Commentary. by Major Gen T. D. Pilcher. 8vo, pp. 269 *Cass I* net 7/6
- 6 DELAFIELD (E. M.) *The War Workers*. Cr. 8vo, pp. 272. *Heimam* net 6/
- 7 FERRABY (H. C.). *The Imperial British Navy How the Colonies Began to Think Imperially Upon the Future of the Navy*. Illustrated. Cr. 8vo, pp. 277 *H. Jenkins* net 6/
- 8 FITZROY (Yvonne) *With the Scottish Nurses in Roumania*. Illustrated. Cr. 8vo, pp. 175. *J. Murray* net 5/
- 9 FOX (Frank). *The British Army at War*. Cr. 8vo, swd., pp. 144. *T. F. Unwin* net 1/
- 10 GEARE (Rev William Duncan). *Letters of an Army Chaplain*. Cr 8vo, pp 93 *Wells Gardner* net 2/6
- 11 GORDON (Capt. G S) *Mons and the Retreat*. With a Preface by Field-Marshal Lord French. 8 n.°, swd., pp 103 *Constable* net 1/6
- 12 HALLARD (Alvs). *Brave Belgians*. From the French of Baron C. Buffin. Preface by Baron de Broquville. Cr. 8 o. *Putnam* net 7/6
- 13 HARRY (Captain Ernest). *From Crime to Court-Martial* Cr 8vo, pp. 70 *Gale & P* net 2/6
- 13 *Hints for Volunteers*. By «Invicta». Cr 8vo, swd., pp. 31. *Gale & P* net 1/6
- 14 MCAULEY (M. E.). *Germany in War Time*. What an American Girl Saw and Heard Cr. 8vo, pp. 297. *Open Court Pub Co* 6/6
- 16 *More letters from Billy*. Cr. 8vo, pp. 121. *McClelland, Goodchild & Stewart Toronto* net 5/
- 17 REED (Edward Bliss). *Seven Hundred French Terms for American Field Artillerymen*. With Foreword by Lieut.-Col. Robert M. Danford. 18mo. *Oxf. Univ. P.* net 2/

- 18 *Safety in Trench Warfare for Yourself and Your Men*. For Officers and Non-Commissioned Officers of all Arms. By «Dixhuit». Cr. 8vo, pp. 90. *Gale & P.* net 2/
- 19 SANDES (Flora). *An English Woman Sergeant in the Serbian Army*. Cr. 8vo, pp. 252. *Hodder & S.* 3/5
- 20 SELLERS (W. E.). *With Our Heroes in Khaki*. The Story of Cristian Work With Our Soldiers and Sailors — and Some of its Results. Cr. 8vo, pp. 302. *R. T. S.* net 3/6
- 21 SINGLETON (J. E.). *Hotchkiss Machine-Gun, and Instructional Course*. 12mo, pp. 73. *Author* net 2/6
- 22 Soldier and His Stamps. *The. Together with the Junior Philatelic Society's Roll of Honour*. Cr. 8vo, pp. 42. *S. Gibbons* 6d
- 23 *World's Battle Fronts at a Glance*. A Series of 32 Reference Maps illustrating all the Spheres of Fighting. Cr. 8vo, pp. 52. *G. Philipp.* net 1/3

II — PERIÓDICOS

Portugal

- 1 *Anais do Club Militar Naval*, n.º 3 de março de 1918. Balística externa. Memórias de Arqueologia naval portugêsa. Batalhão de marinha expedicionário a Angola. A guerra submarina. O navio de commercio.
- 2 *Boletim da Administração Militar*, n.ºs 2 e 3 de fevereiro e março de 1918. Instruções para o serviço do Reboinho de reabastecimento e parque de rezes. Os animais e a guerra. Officiais de reserva. Tenente Etelvino da Visitação Quintino. Serviço de abastecimento dos actuais exercitos beligerantes. Estudo sobre o arreoio à alemtejana. Sinópse. Mvimento do pessoal da administração militar.
- 3 *O Instituto*, n.º 4 de abril de 1918. Boletim do Instituto. Livros antigos e me'icos antigos. Correspondência do Conde de Castelmelhor com o P.º Manuel Fernandes e outros (1668 a 1678). Documentos sobre várias indústrias portuguezas. O Fausto de Goethe.
- 4 *O Oriente gortuguez*, n.ºs 1 e 2 de janeiro e fevereiro de 1918. Para a história das revoltas de Goa. A feitoria portugêsa de Surrate. Bens pensionados em Goa. Registo paroquial da freguezia dos reis magos. Dialecto indo-portuguez de Ceylão.
- 5 *Revista de medicina veterinaria*, n.º 191 de janeiro de 1918. Exposições e Concursos pecuários regionais — Apreciação dos animais pelo método de apontagem. Estrela vermelha — Brevé noticia acêrca dos lazaretos veterinários em França. Imentário dedicado aos noveis médicos-veterinérios. Serviços vete inários do Ultramar — Regulamento de sanidade pecuária de Angola.

Brazil

- 1 *O tiro de guerra*, n.º 3 de março de 1918. 1.º de março de 1870. O soldado brasileiro. Episodios militares. Sopa. O avanço da infantaria. O tiro de fusil. Sobre a educação physica militar. A importancia do fogo no combate de infantaria. 1.º de março e o culto dos heroes. Tiro de guerra n.º 536. O tiro nos Estados. O regulamento da lei que creou os quadros de officiaes de reserva.

Colombia

- 1 *Memorial del Estado Mayor del ejercito de Colombia*, n.º 67 de janeiro de 1918. Hynsometro Labor de asuetos. Los explosivos principales. La sanidad en la guerra. Nueva clasificación de la artilleria de campaña, Una anecdota de Moltke.

Espanha

- 1 *Estudios militares*, n.º 4 de abril de 1918. La situación actual de nuestras ametralladoras de infantería. Estudios acerca de cuestiones organico-militares. Educación militar y espíritu publico. Un pequeño ensayo de general y una mayor aplicación de jefe, oficial, clase y soldado de infantería.
- 2 *La guerra y su preparacion*, n.º 4 de abril de 1918. Campaña da invasión de Serbia en 1915. Japón — Ley y reglamento de ascensos del Ejército. Ejército rumeno — Un hospital de distribución en Iassy. Francia — Breve descripción de una manga de fuego cogida al enemigo. La fortificación de campaña ante los nuevos elementos de lucha. Ametralladoras sobre side-car, en la actual guerra.
- 3 *Memorial de artilleria*, n.º de abril de 1918. Tebos termoelectricos. Artillería y aviación: Su empleo y su enlace en la guerra moderna. Algo sobre los supuestos tácticos.
- 4 *Memorial de caballeria*, n.º 22 de abril de 1918. Estudio sobre los cambios de dirección o giros a caballo. Ensayo de un reglamento táctico para las secciones de ametralladoras en caballería. Cosas de caballería — Sobre organización... Militarismo. Crónica de la guerra.
- 5 *Memorial de infanteria*, n.º 75 de abril de 1918. La Academia de Infantería durante el curso de 1916-17. Sobre instrucción de tiro. Colección de problemas tácticos del capitán Balident. Procedimientos tácticos a seguir por la infantería en Marruecos. La infantería en la gran guerra.

Estados- Unidos

- 1 *The International Military Digest*, vol. 4 n.º 4, (abril, de 1918).

Italia

- 1 *Rivista di artiglieria e genio*, n.ºs de febreiro e março de 1918. L'ing. Giovanini Bianchi, colonnello d'artiglieria. Una soluzione del problema balístico per angoli di proiezione de $+90^\circ$ a -90° . Sul comportamento del funzioni balistiche all' infinito. Ponti al arco di cemento armato. Misurazione dell' altezza della pienta d'alto furto radicate, con un prontuario per la loro cubatura. Miscellanea.
- 2 *Rivista di cavalleria*, n.º 15 de março de 1918. Forza numerica degli ufficiali dell' arma di cavalleria. Da un Mese all'altro. Ricorsi storico-militari a proposito degli odierni avvenimenti della nostra guerra. Pagine di guerra. Rimonta nel Nord-America e note di viaggio.

Mexico

- 1 *Tohtli*, n.º 4 de abril de 1918. Aviación y la artillería de gran alcance. Correspondencia recibida en «Tohtli» El primer piloto aviador que se gradua en Mexico. El piloto en jefe de la Escuela militar de aviación, sr. Horacio Ruiz, retificó en Mexico su título de piloto aviador. Notas. Concurso para los pilotos y estudiantes de aviación latino-americanos. El aeroplano en el extranjero. Los av adores de combate alemanes. Cartas de ares de la aviación francesa. Caza y cazadores. Descripción del motor para aviación «Hispano-suisa» de 150 caballos. Teoría del lanzamiento de bombas. Sección de aerología. Agujeros en el aire. Como se desarrollen los combates en el aire.

Noruega

- 1 *Norsk militært tidsskrift*, n.º de 4 de abril de 1918. Stillingskrigens aarsaker, teser fremtidsmesligheter Gardedivisions kamp red Lodz og Bzering Hovedvaabuch — Gæveermitroljesern Norges Geografiske Opmaaling. Krigens militærgeografi. Vinterevelser.

Peru

- 1 *Boletín del Ministerio de guerra y marina*, n.º de febrero e marzo de 1918. Preparación de la Artillería para la batalla. La batalla del Marne. La neutralidad. Maxim. Breves apuntes sobre la batalla de Yungay. Movimiento de los proyectiles en el aire. Ejercicios tácticos de infantería en el ejército francés. Cooperación de esfuerzos. Algo de óptica. Artillería móvil, para la defensa de costas. Visita al frente alemán en Bélgica. La defensa anti-aerea de nuestros establecimientos de importancia militar.

San Salvador

- 1 *Boletín del Ministerio de Guerra*, n.º 37 de 1918. Honores fúnebres tributados al cadáver del señor General Don Juan J. Cañas. Revista de reclutas verificadas durante el mes de enero. Nombramiento de delegados para presenciarlas. Resumen de las Revistas de instrucción del año de 1917. Acuerdos del Ministerio de Guerra y Marina. Ordenes generales importantes. Movimiento habido en el ejército durante el mes de enero. Ordenes generales de carácter permanente.

Suisa

- 1 *Revue militaire suisse*, n.º 5 de maio de 1918. La cavalerie de demain chez nous. La presse en Belgique. La paix durable et immédiate. Chronique suisse.